



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Enzo De Gaspari Ramos

**Informalidade e suas aparentes consequências para as metas de crescimento
macroeconômicas e a qualidade laboral no estado de Santa Catarina: um
estudo do 4^o trimestre de 2015 até o 4^o trimestre de 2022.**

Florianópolis
2023

Enzo De Gaspari Ramos

**Informalidade e suas aparentes consequências para as metas de crescimento
macroeconômicas e a qualidade laboral no estado de Santa Catarina: um
estudo do 4º trimestre de 2015 até o 4º trimestre de 2022.**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Gueibi Peres Souza.

Florianópolis

2023

De Gaspari Ramos, Enzo

Informalidade e suas aparentes consequências para as metas de crescimento macroeconômicas e a qualidade laboral no estado de Santa Catarina: :um estudo do 4º trimestre de 2015 até o 4º trimestre de 2022. / Enzo De Gaspari Ramos ; orientador, Gueibi Peres Souza, 2023.

62 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. informalidade. 3. Santa Catarina. 4. formalização econômica. 5. qualidade laboral. I. Peres Souza, Gueibi. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

Enzo De Gaspari Ramos

**Informalidade e suas aparentes consequências para as metas de crescimento
macroeconômicas e a qualidade laboral no estado de Santa Catarina: um
estudo do 4º trimestre de 2015 até o 4º trimestre de 2022.**

Florianópolis, 16 de novembro de 2023

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Lauro Francisco Mattei, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Cassiano Ricardo Dalberto, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de
Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em ciências
econômicas por mim e pelos demais membros da banca examinadora

Prof. Gueibi Peres Souza, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2023.

RESUMO

A informalidade é um fenômeno ubíquo, presente em países em diversas fases de desenvolvimento econômico. No entanto, compreender sua verdadeira influência sobre uma gama variada de indicadores é uma tarefa desafiadora, já que ela pode gerar externalidades negativas em determinados setores da economia, ao passo que, a curto prazo, pode “contribuir” com externalidades positivas em outros setores. Diante desse contexto, este estudo teve como objetivo principal analisar de que maneira a taxa de informalidade possivelmente impactou os indicadores relacionados às metas macroeconômicas e à qualidade laboral, abrangendo o período do quarto trimestre de 2015 até o quarto trimestre de 2022 dentro do estado de Santa Catarina. O intuito foi compreender o tamanho das externalidades geradas por esse fenômeno, sejam elas de natureza “positiva” ou “negativa”, nos dois conjuntos de indicadores mencionados, sendo o primeiro deles variáveis representando o crescimento econômico e o segundo uma variável representando a qualidade laboral. Como resultado, a análise revelou que a informalidade aparentemente exerceu uma influência positiva nos indicadores pertencentes ao primeiro conjunto durante o período considerado. No entanto, essa mesma informalidade demonstrou ter um sugerido efeito negativo sobre as variáveis relacionadas à qualidade laboral, que compõem o segundo conjunto de indicadores. Isso evidencia que a informalidade representou uma importante fonte de ocupação e renda para uma parcela significativa da população catarinense durante o período analisado. Entretanto, as externalidades adversas associadas a essa modalidade de trabalho, como a precariedade dos empregos informais e sua baixa qualidade, aparentemente impactam de forma negativa a sociedade e a economia local como um todo ao longo deste prazo. Como conclusão, chegou-se à ideia de adotar medidas que promovam uma formalização gradual da economia. Essas medidas podem ser implementadas de forma a estimular uma possível “evolução” entre os diversos tipos de informalidade identificados na literatura, a fim de minimizar as externalidades negativas relacionadas ao trabalho informal, ao mesmo tempo em que se assegura uma transição suave para os trabalhadores que dependem desse tipo de ocupação como fonte de emprego e renda.

Palavras-chave: informalidade; Santa Catarina; qualidade laboral; formalização econômica.

ABSTRACT

Informality is a ubiquitous phenomenon, present in countries at various stages of economic development. However, understanding its true influence on a wide range of indicators is a challenging task, as it can generate negative externalities in certain sectors of the economy, while in the short term, it can 'contribute' to positive externalities in other sectors. In this context, this study aimed to analyze how the informality rate possibly impacted indicators related to macroeconomic goals and labor quality, covering the period from the fourth quarter of 2015 to the fourth quarter of 2022 within the state of Santa Catarina. The intention was to comprehend the size of the externalities generated by this phenomenon, whether they are of 'positive' or 'negative' nature, in the two mentioned sets of indicators, the first representing variables related to economic growth and the second representing a variable representing labor quality. As a result, the analysis revealed that informality apparently exerted a positive influence on the indicators belonging to the first set during the considered period. However, this same informality was shown to have a suggested negative effect on the variables related to labor quality, which constitute the second set of indicators. This highlights that informality represented an important source of employment and income for a significant portion of the Santa Catarina population during the analyzed period. However, the adverse externalities associated with this type of work, such as the precariousness of informal jobs and their low quality, apparently negatively impact society and the local economy as a whole over this term. In conclusion, the idea of adopting measures that promote a gradual formalization of the economy was reached. These measures can be implemented to encourage a possible 'evolution' among the various types of informality identified in the literature, in order to minimize the negative externalities related to informal work while ensuring a smooth transition for workers who depend on this type of occupation as a source of employment and income.

Keywords: informality; Santa Catarina; labor quality; economic formalization.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 PROBLEMA.....	10
1.2 OBJETIVO GERAL.....	11
1.2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
1.3 JUSTIFICATIVA.....	11
1.4 METODOLOGIA.....	12
1.5 VÁRIAVEIS E POPULAÇÃO.....	13
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	14
2 FUNDAMENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA.....	16
2.1 CONCEITOS E TIPOS DE TRABALHO INFORMAL.....	16
2.2 DUALIDADE ENTRE A VISÃO NEOCLÁSSICA E AS EXTERNALIDADES NEGATIVAS.....	20
2.3 DEFINIÇÃO E CONCEITO DE TRABALHO “DECENTE”.....	23
3 RESULTADOS OBTIDOS E SUAS INTERPRETAÇÕES.....	25
4 POSSÍVEIS DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS VISANDO O COMBATE À ECONOMIA INFORMAL.....	30
4.1 ESTRATÉGIAS TEÓRICAS.....	30
4.2 INICIATIVAS ESTATAIS JÁ IMPLEMENTADAS.....	35
4.3 POSSÍVEIS DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE PODERIAM SER “IMPLEMENTADAS” EM SANTA CATARINA.....	39
4.3.1 ESTRATÉGIAS SELECIONADAS.....	39
4.3.2 POSSÍVEIS DIRETRIZES PROPOSTAS.....	40
5 CONCLUSÃO.....	43
6 REFERÊNCIAS.....	47
7 APÊNDICE A	49
8 APÊNDICE B	55
9 ANEXO.....	56

1 INTRODUÇÃO

A economia informal é uma realidade na América Latina há pelo menos 50 anos. Segundo Benito (2021), ela está presente no dia a dia das pessoas e tem contribuído com mais de 50% do PIB e do volume total de empregos do continente. No Brasil, os dados apresentam comportamentos semelhantes. Segundo Vahdat *et al.* (2022), depois da crise político-econômica iniciada no país em 2014, os números do setor informal passaram de 34% para 41,6%, revelando uma relativa alteração no mercado de trabalho, mesmo antes da pandemia de COVID-19. No entanto, ainda no que é relatado no estudo em questão, é possível notar que, mesmo com esse aumento do setor informal no país, pode-se considerar que esse não recebeu a devida atenção do governo, na medida em que não houve políticas públicas consideradas suficientes para lidar com ele. Desse modo, antes de começar a buscar explorar como, aparentemente, a economia informal vem se comportando em Santa Catarina nos últimos anos, é necessário primeiramente levantar elementos que permitam esclarecer qual o conceito de economia informal abordado neste trabalho.

Segundo a definição utilizada por Vahdat *et al.* (2022), a economia do setor informal, como o próprio nome indica, envolve atividades de cunho econômico realizadas fora dos sistemas reguladores econômico-sociais, geralmente vinculados aos sistemas de governo. É importante salientar que essa estatística abrange qualquer fonte de trabalho, desde atividades informais realizadas nas ruas até pequenas empresas não regularizadas.

Ainda segundo Vahdat *et al.* (2022), o trabalho informal não ocorre sempre da mesma forma e pode ser caracterizado em diferentes tipos. Um deles é o dos informais de subsistência, que se caracterizam por “trabalhos precários, mal remunerados e com poucas oportunidades de progressão”. Outro tipo é o dos informais de potencial produtivo, que se caracterizam por possuírem tanto produtividade quanto qualidade laboral relativamente maiores em comparação aos empregos informais de subsistência, mas que não deixam de enfrentar desafios para se tornarem formais. Existe também o dos informais por opção, que se refere a ocupações de qualidade considerada “alta” e que poderiam ser executadas dentro do âmbito formal, mas que, porém, são realizadas na informalidade para manter níveis de renda “mais elevados”. Por fim, existem os formais “frágeis”, que se trata de

ocupações que possuem certos tipos de regulamentações e formalidade, porém, que apresentam rendimento relativamente mais “baixo” e posições que são consideradas “extremamente frágeis” (VAHDAT *et al.*, 2022).

Segundo Benito (2021) e Vahdat *et al.* (2022), o trabalho informal é geralmente visto como algo que apresenta externalidades negativas em âmbito social. Isso se deve pelo fato de o mesmo afetar os indicadores sociais de forma desfavorável, contribuindo assim para a promoção do aumento da pobreza e a precarização dos postos de trabalho.

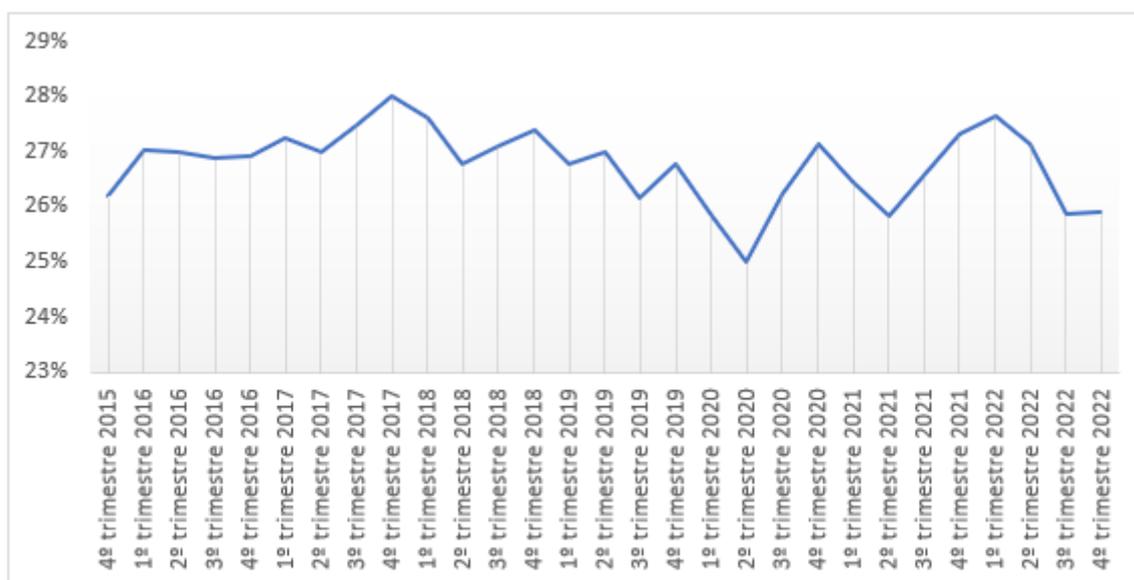
No entanto, a teoria neoclássica também oferece uma perspectiva alternativa sobre o assunto. De acordo com Blanchard (2017), existem basicamente duas forças no mercado de trabalho: a oferta de trabalho, composta pelos trabalhadores, e a demanda por trabalho, composta pelas empresas. Ainda segundo essa ideia, a redução das leis trabalhistas e regulamentações pode estimular mais empresas a contratarem, aumentando assim a demanda por trabalho e diminuindo o desemprego de forma significativa, porém, vale ressaltar que esses novos postos de trabalho muitas vezes podem apresentar qualidade laboral relativamente baixa, contrapondo o conceito de trabalho “decente” introduzido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT): “O conceito de trabalho decente se apoia em quatro pilares estratégicos: os direitos e princípios fundamentais do trabalho, a promoção do emprego de qualidade, a extensão da proteção social e o diálogo social” (ABRAMO, 2006).

Dessa forma, abre-se o espaço para análise e debate sobre as externalidades do setor informal em economias subdesenvolvidas, o que torna pertinente a realização de estudos que visem mensurar aparentemente quanto e de que forma a taxa de informalidade possivelmente influencia variáveis socioeconômicas, permitindo que se tirem conclusões a respeito desta dualidade em termos de externalidades, contribuindo, assim, para a ampliação desse debate e o conseqüente avanço das ideias acerca dessa realidade aparentemente intrínseca ao sistema de produção capitalista.

Nesse sentido, especificamente ao comportamento que a economia informal vem assumindo no estado de Santa Catarina nos últimos anos, através dos dados coletados pela PNAD Contínua trimestral (IBGE, 2023), é possível observar, a partir do cálculo do número de pessoas empregadas no setor informal na semana de referência pelo número total de pessoas empregadas na mesma semana (ilustrado no

gráfico 1), que a economia informal não apresentou significativa alteração de nível durante os últimos sete anos. No entanto, é possível perceber também que a taxa de informalidade ainda assim representou um quarto dos empregos do estado no período em análise, isso, por si só, já tornaria relevante seu estudo em análises socioeconômicas sobre a economia catarinense, justificando, assim, o problema de pesquisa a ser investigado neste estudo.

Gráfico 1 – taxa de informalidade



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD contínua (IBGE, 2023).

1.1 PROBLEMA

Que influências da taxa de informalidade sobre as variáveis representativas das metas de crescimento macroeconômicas e qualidade laboral no estado de Santa Catarina, durante o período de análise, podem ser identificadas a partir de uma abordagem quantitativa aplicada aos dados disponíveis considerados? Assim, nesse contexto específico, foi analisado como a informalidade impactou esses dois conjuntos distintos de indicadores. O primeiro conjunto está diretamente relacionado ao crescimento econômico do estado durante o período, enquanto o segundo considera a qualidade do trabalho e a noção de emprego "decente", que tem uma influência direta não apenas na qualidade dos postos de trabalho, mas também no desenvolvimento social de Santa Catarina.

1.2 OBJETIVO GERAL

Este trabalho teve como principal objetivo mensurar o quanto a taxa de informalidade, representada pelo total de pessoas empregas no setor informal na semana de referência, aparentemente influenciou as variáveis representativas das metas macroeconômicas selecionadas e a variável de qualidade laboral no estado de Santa Catarina, referentes ao período que engloba do 4º trimestre de 2015 até o 4º trimestre de 2022.

1.2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Conceituar o setor informal para efeitos deste trabalho e introduzir o seu panorama no Brasil durante o período de análise, descrevendo seus considerados principais tipos e apresentando sucintamente como eles atuam.
- b) Estimar a provável influência do setor informal nas variáveis selecionadas de crescimento econômico e qualidade laboral do estado de Santa Catarina no período do quarto trimestre de 2015 até o quarto trimestre de 2022, visando identificar o aparente impacto que o trabalho informal apresentou sobre esses dois grupos distintos de variáveis.
- c) Sugerir possíveis diretrizes de políticas públicas que possam potencialmente gerar uma mobilidade ascendente entre os tipos de informalidade identificados na literatura e, conseqüentemente, uma transição gradual desses informais para um âmbito formal regulamentado, combatendo, assim, as externalidades negativas geradas pela informalidade, promovendo uma melhoria nos postos de trabalho, levando em conta a importância do setor informal para a economia catarinense.

1.3 JUSTIFICATIVA

Com base nas premissas expostas e nos dados apresentados, torna-se justificado empreender investigações no contexto do setor informal global com enfoque principal em países subdesenvolvidos e semiperiféricos. Dado seu alcance substancial e o impacto numérico significativo em escala mundial, estudos que

busquem examinar esse fenômeno e aprofundar a compreensão de seu provável impacto nos indicadores socioeconômicos locais têm o potencial de oferecer relevantes contribuições ao campo científico. Essas investigações podem também oferecer orientações pertinentes para a formulação de políticas públicas voltadas à expansão das oportunidades de desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que se busque melhorias nos indicadores sociais.

Importa ressaltar que, mesmo que a hipótese deste estudo seja corroborada e o setor informal apresente um efeito "positivo" sobre os indicadores de crescimento econômico, isso não implica que se deva estimular sua proliferação indiscriminada. Ainda que esse setor possa incrementar a oferta de ocupações, essas novas posições podem ser preenchidas por trabalhadores informais de subsistência que, conforme destacado por Vahdat *et al.* (2022), frequentemente operam em ambientes laborais "precários" e com "limitadas perspectivas de progressão". Isso pode culminar na redução dos indicadores de natureza social. Portanto, torna-se imperativo realizar análises nesse domínio, a fim de orientar a formulação de políticas públicas com potencial para maior eficácia. Essas políticas devem visar uma formalização progressiva da economia, com o intuito de formalizar os trabalhadores e melhorar a qualidade de seus empregos. Nesse sentido, é crucial reconhecer a relevância da economia informal para a economia catarinense, daí a importância da apresentação de propostas de formalização e medidas de natureza gradual.

1.4 METODOLOGIA

Nesta seção do trabalho são abordados os métodos que foram utilizados para atingir os objetivos específicos e, com isso, o geral. O tipo de pesquisa utilizada foi a descritiva. Segundo Prodanov (2013), a pesquisa descritiva se caracteriza por observar, registrar, analisar e ordenar os dados, buscando descobrir as características de um fato ou fenômeno, como, por exemplo, como ele ocorre, sua natureza, suas causas e suas relações com outros fenômenos ou variáveis. Além de ser uma pesquisa descritiva, o trabalho teve um viés quantitativo, utilizando-se de quatro modelos de regressão Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) com quatro variáveis distintas para medir como a taxa de informalidade possivelmente as influenciou durante o período de análise, uma vez que não é possível isolar o efeito das variáveis.

Conforme elucidado por Gujarati (2011) em sua obra "Econometria Básica", o propósito fundamental do modelo de regressão por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) reside na busca pela configuração ótima de uma reta ou plano que se ajuste de maneira mais precisa aos dados empíricos disponíveis. Esse processo visa minimizar a discrepância vertical, ou seja, o erro, entre os pontos observados, representativos dos resultados reais, e a reta de regressão, que engloba as projeções estimadas. O método MQO é amplamente empregado quando se busca compreender a relação de uma ou mais variáveis independentes (betas) sobre uma variável dependente (Y), partindo do pressuposto de uma relação linear entre tais variáveis. A difusão desse método é atribuída a sua eficácia relativamente significativa e à sua "lógica acessível".

1.5 VARIÁVEIS E POPULAÇÃO

As variáveis utilizadas foram baseadas nas metas macroeconômicas que, segundo Vasconcellos (2006):

São as seguintes as metas de política macroeconômica: a) alto nível de emprego; b) estabilidade de preços; c) distribuição de renda socialmente justa; d) crescimento econômico. As questões relativas ao emprego e à inflação são consideradas como conjunturais, de curto prazo, constituindo-se nas chamadas políticas de estabilização. Alguns textos colocam também como meta o equilíbrio no balanço de pagamentos, mas consideramos que esse não é um objetivo em si mesmo, mas um meio, um instrumento de política econômica condicionado a alguma ou algumas das quatro metas básicas acima. (VASCONCELLOS, 2006, p. 187).

Três das variáveis indicadas no parágrafo anterior representarão as metas com maior enfoque no crescimento econômico em si, enquanto uma delas é focada em representar a qualidade laboral. Por esta razão a hipótese básica deste estudo parte justamente da análise desses dois âmbitos, visando compará-los para chegar a uma conclusão de como a taxa de informalidade aparentemente os afetou. Sendo assim, os indicadores considerados foram:

- a) Representando o crescimento econômico, o índice de atividade econômica do estado de Santa Catarina (IAE), disponível no site do Banco Central do Brasil.

- b) Para representar o nível de emprego, foi utilizado o número total de pessoas empregadas na semana de referência no estado de Santa Catarina (emp). Os dados coletados para essa variável foram da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Trimestral (PNAD) do IBGE, obtidos do site SIDRA. A opção pelo uso do IAE em detrimento do PIB foi feita pelo autor, que considerou o primeiro indicador mais robusto e alinhado à realidade da economia catarinense.
- c) Como medida da pressão inflacionária, foi empregado o Índice de Custo de Vida (ICV) elaborado pela Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG) da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). Esse índice reflete a variação de preços sobre o orçamento de famílias florianopolitanas com renda de um a quarenta salários-mínimos, levando em consideração a flutuação de preços de 247 itens.
- d) Como variável para representar o “nível” de qualidade laboral, foi considerado o rendimento mensal médio (rendimento), que pode ser entendido como um indicador de pobreza monetária. Os dados utilizados foram obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Trimestral (PNAD) do IBGE e, também, coletados no site SIDRA.
- e) Por fim, a variável taxa de informalidade (inf) foi obtida a partir do cálculo da divisão do número de pessoas empregadas no setor informal na semana de referência pelo número total de pessoas empregadas na mesma semana em Santa Catarina. Os dados utilizados para essa variável são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, e foram coletados no site do SIDRA.

A amostra analisada foi referente ao estado de Santa Catarina e se remeteu ao período do quarto trimestre de 2015 até o quarto trimestre de 2022. Tal período de tempo foi determinado pela disponibilidade de dados. O *software* utilizado para analisar os dados foi o Gretl¹, o qual permitiu a estimação de quatro modelos de regressão por MQO, cada um representando uma das metas macroeconômicas selecionadas e tendo a taxa de informalidade como variável independente nas equações.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

¹ Disponível para *download* gratuito em <https://gretl.sourceforge.net/>.

No que tange à estrutura do presente trabalho, além deste capítulo inicial de caráter introdutório, a composição segue com quatro capítulos subsequentes. O segundo capítulo se propôs a efetuar uma revisão de referenciais bibliográficos, abordando os conceitos e correntes de pensamento que servem de alicerce para a construção desta pesquisa. O terceiro capítulo empreendeu uma explanação das considerações pertinentes acerca dos modelos econométricos formulados, bem como seus desdobramentos em termos de resultados e sua respectiva interpretação, ou seja, suas implicações na discussão proposta. No quarto capítulo, o escopo se direcionou à abordagem das possíveis estratégias para confrontar a economia informal, proporcionando uma formalização gradual da economia e uma presumida “melhoria” dos postos de trabalho. Dentro desse contexto, foram delineadas possíveis abordagens teóricas que atendem a tal desiderato, bem como exploradas políticas públicas implementadas no cenário nacional que se alinham a esse propósito. Ademais, foram elaboradas ainda, em um esforço dedutivo, diretrizes para possíveis políticas voltadas a esse intento em Santa Catarina. No último capítulo, promoveu-se uma síntese dos elementos basilares desta pesquisa, fornecendo embasamento para conclusões, enquanto se instigou um diálogo sobre possíveis futuros estudos que possam seguir por essa temática.

2 FUNDAMENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

O propósito deste capítulo de fundamentação bibliográfica foi expor as principais definições e conceitos que fundamentaram este trabalho. Aqui, foi estabelecido um diálogo entre os referenciais bibliográficos selecionados, os quais serviram como base para a interpretação dos modelos econométricos desenvolvidos e para a discussão sobre a relevância do combate à economia informal, uma presumida “melhora” na qualidade dos postos de trabalho e a promoção de uma formalização progressiva da economia.

2.1 CONCEITOS E TIPOS DE TRABALHO INFORMAL

Nesta seção do embasamento bibliográfico, é de extrema relevância examinar as abordagens idiossincráticas adotadas na literatura em relação à definição conceitual e ao impacto do trabalho informal, tanto no contexto brasileiro quanto global. Esses conceitos desempenharam um papel fundamental na elaboração deste estudo, tanto na interpretação quanto na análise dos modelos desenvolvidos.

Iniciando com a contribuição de Vahdat *et al.* (2022), em sua obra intitulada "Retrato do Trabalho Informal no Brasil", os autores destacam que o conceito de trabalho informal, suas interpretações, possíveis origens e abordagens para "corrigi-lo" não são uniformes e englobam diversas perspectivas. Neste contexto, os autores apresentam cinco das principais abordagens para compreender o trabalho informal. Estas abordagens são as seguintes:

- a) Visão dualista: Esta perspectiva parte da ideia de que, especialmente em países em desenvolvimento, há uma abundância de indivíduos em situação de indigência. Essas pessoas, em busca de sobrevivência, engajam-se em atividades de auto-emprego, sem acesso a empregos formais regulamentados. Assim, a economia desses países assume uma dualidade, com dois setores agindo de forma independente: um atualizado e formal, enquanto o outro é precário e informal (VAHDAT *et al.*, 2022).
- b) Visão legalista: Essa perspectiva compreende a informalidade como um setor da economia composto por pequenos empresários que optaram por operar informalmente para evitar custos, tempo e esforços. De acordo com essa

visão, essa escolha ocorre devido à “extrema burocracia” presente no setor formal, levando essas empresas a buscarem maiores lucros por meio da informalidade (VAHDAT *et al.*, 2022).

- c) Visão voluntarista: Similar à visão anterior, a perspectiva voluntarista também enxerga a informalidade como um setor onde a escolha pela mesma ocorre por uma decisão individual baseada na relação custo-benefício. A diferença fundamental dessa visão em relação à visão legalista é a preocupação em eliminar a possível competição “injusta” que uma empresa não legalizada impõe às empresas formais, que são obrigadas a cumprir todas as exigências burocráticas e de conformidade legal (VAHDAT *et al.*, 2022).
- d) Visão criminalizadora: Essa visão é frequentemente encontrada no senso comum e entre os agentes estatais. Consiste em associar a informalidade a uma economia ou atividade ilegal e clandestina, seja por ser proibida por lei ou por ser realizada por indivíduos ou empreendimentos sem autorização. Essa visão tende a ser superficial em relação às origens e causas da informalidade, adotando uma perspectiva moralista que considera o trabalho informal como clandestino (VAHDAT *et al.*, 2022).
- e) Abordagem Estruturalista: Essa perspectiva reconhece que as mudanças ocorridas globalmente nos setores econômicos, sociais e políticos, a partir da década de 80, resultaram em uma reestruturação na produção, o que por sua vez gerou uma nova manifestação do trabalho informal e intensificou as interações entre os setores formal e informal. Consequentemente, torna-se inextricável discutir um desses setores sem mencionar o outro. Por exemplo, é possível encontrar empresas legalmente estabelecidas que contam com funcionários não registrados em carteira, atuando no âmbito informal. Aqueles que sustentam essa visão, em contraposição à abordagem dualista, enfatizam que a dinâmica do sistema capitalista incentivou o aprofundamento da informalidade devido à estabilização da competição global na década de 80. Isso levou as empresas formais a reduzirem custos, flexibilizarem as relações trabalhistas e, frequentemente, desrespeitarem a legislação vigente como prática comum para estimular a competitividade. (VAHDAT *et al.*, 2022).

Avançando, ainda dentro da mesma obra, os autores apresentam uma gama de conceitos que serão empregados neste estudo. Consoante aos autores, assim como a própria conceituação e definição do trabalho informal, a maneira pela qual ele se manifesta no contexto brasileiro é igualmente heterogênea, o que implica na existência de múltiplos tipos de trabalho informal. Tal premissa se torna evidente no seguinte excerto:

Isso porque há uma grande heterogeneidade na informalidade. Por exemplo, alguns negócios informais são precários e buscam garantir com muita dificuldade a subsistência de uma família, enquanto outros podem ter margens de lucro expressivas que inclusive se aproximam das empresas formais. (VAHDAT *et al.*, 2022, p. 101).

Nesse sentido, os autores então apresentam cada um dos tipos de trabalho informal existentes no Brasil assim como sua definição, como pode ser visto no quadro 1:

Quadro 1 – tipos de informalidade

Tipos de informalidade:	Descrição:
Informais de subsistência:	Trabalhadores informais de subsistência são caracterizados por ocupações precárias, de baixa qualidade e desprovidas de perspectivas de crescimento. Tais indivíduos, frequentemente provenientes de contextos socialmente vulneráveis, procuram qualquer forma de trabalho para obter algum tipo de renda. Em grande parte dos casos, a totalidade dessa renda é direcionada à sua própria sobrevivência. Esse grupo de informais é o mais prevalente no contexto brasileiro. (VAHDAT <i>et al.</i> , 2022).
Informais com potencial produtivo:	Trabalhadores informais com potencial produtivo se distinguem por ocupações informais que demonstram um nível razoável de produtividade e uma qualidade laboral superior em comparação aos informais de subsistência, porém, encontram dificuldades em se formalizar. Diferentemente do primeiro grupo, este segundo tipo apresenta uma capacidade produtiva maior e condições de trabalho mais estruturadas. (VAHDAT <i>et al.</i> , 2022).
Informais por opção:	Trabalhadores informais por opção são caracterizados por ocupações de melhor qualidade que poderiam ser desempenhadas dentro dos moldes da formalidade, mas encontram na informalidade uma oportunidade de obter maiores rendimentos. Esse grupo de informais se aproveita da não conformidade para obter vantagem na competição, gerando lucros frequentemente superiores aos do mercado. (VAHDAT <i>et al.</i> , 2022).
Formais frágeis:	Formais frágeis compreendem empregos que, embora se enquadrem na formalidade, apresentam baixos rendimentos e desempenham atividades laborais precárias. Assim, mesmo sendo considerados trabalhadores formais, eles exibem características do trabalho informal e se encontram em uma condição de extrema vulnerabilidade social. (VAHDAT <i>et al.</i> , 2022).

Fonte: autoria própria.

Partindo para o segundo autor principal para este estudo, temos o professor Santos Benito (2022), cujo artigo intitula-se " La larga marcha de la economía informal en Latinoamérica". Ao contrário do livro anterior, este autor adota uma perspectiva mais abrangente, buscando entender o estruturalismo do trabalho informal em toda a América Latina, em vez de restringir seu estudo apenas ao território brasileiro.

O professor Santos Benito apresenta uma perspectiva sobre o trabalho informal que guarda muitas semelhanças com a visão estruturalista mencionada anteriormente. Ele reforça a ideia de que o setor informal e o setor formal da economia estão interligados desde suas origens e não podem ser estudados como fenômenos sem ligação. Isso fica evidente quando ele expõe o seguinte trecho:

Isso significa que um produtor pode gerar simultaneamente bens ou serviços informais e formais, um beneficiário de renda pode obter renda formal ou informal no mesmo período de tempo e um consumidor pode gastar simultaneamente em atividades comerciais regulares ou irregulares ao longo do tempo. A linha de demarcação entre um e outro lado do sistema, economicamente falando, não está claramente identificada para um sujeito econômico específico, mas muitos participam de ambos em algum momento. Ou seja, os fluxos informais não circulam em paralelo, mas se inserem em um esquema circulatório global de Produção-Rendas-Consumo. (BENITO, 2021, p. 8).

O autor também ressalta que a informalidade demonstra uma notável capacidade de adaptação, moldando-se à medida que a tecnologia se difunde e exibindo um relativamente elevado dinamismo ao se ajustar a diferentes cadeias produtivas, como ilustrado na seguinte passagem: "Como resultado do ambiente em que ocorre o fenômeno, a informalidade é dinâmica, mudando de acordo com o avanço tecnológico, que impulsiona alterações substanciais na estrutura produtiva como um todo e no quadro institucional que a regula" (BENITO, 2021, p. 14).

Em síntese, a literatura destaca o trabalho informal como um fenômeno complexo, com várias nuances e manifestações em diferentes setores produtivos. Além disso, a bibliografia demonstra que as perspectivas sobre esse tema são diversas, resultando em múltiplas interpretações sobre o fenômeno em si. No entanto, de maneira geral, algumas conclusões podem ser destacadas: a informalidade é "altamente" mutável e heterogênea, adaptando-se "facilmente" às mudanças tecnológicas e às diferentes cadeias produtivas, além disso, ela pode assumir várias

formas, desde empregos de baixa qualidade e remuneração até posições de “alto” rendimento e “alto” valor agregado.

2.2 DUALIDADE ENTRE A VISÃO NEOCLÁSSICA E AS EXTERNALIDADES NEGATIVAS

Para compreender a dualidade existente entre a teoria neoclássica do emprego e as externalidades negativas associadas ao trabalho informal, é essencial primeiro delinear a teoria neoclássica do emprego. Segundo essa teoria, o nível de emprego é determinado pela função dos salários reais, estabelecidos por meio de negociações entre empregadores e trabalhadores, sob a suposição de que os salários são flexíveis e podem diminuir livremente. Nesse contexto, argumenta-se que a economia pode eliminar automaticamente o desemprego quando os salários nominais são flexíveis e baixos. Esse cenário levanta a possibilidade de que a criação de uma classe de empregos com menos regulamentações, como os informais, possa reduzir o desemprego e impulsionar a atividade econômica (MIRANDA, 1991).

No entanto, há muito essa teoria tem sido objeto de críticas por diversos autores, incluindo John Maynard Keynes. Keynes argumentava que essa abordagem não leva em consideração a rigidez dos salários nominais e a complexidade dos custos de produção na realidade econômica (MIRANDA, 1991).

Neste sentido, é possível abordar um tema explorado pelo Professor Santos Benito (2021) em seu artigo, que essencialmente serve como base deste trabalho. Em sua pesquisa, o professor levanta um debate fundamental relacionado à dualidade entre a perspectiva da economia neoclássica apresentada anteriormente e as externalidades negativas decorrentes da informalidade.

Segundo Benito (2021), de acordo com alguns economistas neoclássicos como Adam e Ginsburgh (1985) e Asea (1996), a informalidade pode ser em muitos casos considerada, essencialmente, como uma manifestação da capacidade humana de buscar soluções criativas para contornar a intervenção regulatória do Estado, buscando dessa maneira formas de emprego menos regulamentadas. Eles argumentam que o Estado, ao impor regulamentações excessivas, pode criar

obstáculos, que limitam a capacidade dos agentes econômicos de inovar e empreender:

Além disso, sob esse prisma, a informalidade seria apenas uma expressão clara do desejo de liberdade econômica dos cidadãos (especialmente os mais pobres, que criativamente realizam trabalhos na informalidade apesar das restrições impostas pelo Estado) para sair da miséria e do subdesenvolvimento. Dessa forma, a informalidade é interpretada como uma expressão espontânea do dinamismo econômico, inerente ao desejo de enriquecimento de cada indivíduo, que se infiltra nos interstícios das estruturas reguladoras do Estado. (BENITO, 2021, p. 9).

Portanto, segundo essa interpretação, na perspectiva desses autores neoclássicos, argumenta-se que as supostas externalidades negativas associadas à informalidade, como a pobreza e a precarização dos empregos, são, na realidade, resultado dessa intervenção excessiva do Estado na esfera econômica. Esses autores ainda sustentariam a visão de que o trabalho informal pode, muitas vezes, representar uma resposta eficaz à interferência estatal exacerbada, frequentemente contribuindo para um aumento na dinâmica econômica:

Essa corrente de pensamento tende a estabelecer uma relação positiva entre as duas vertentes da economia de um país: a regular e a irregular. Interpretando que a expansão da economia informal é uma fonte de dinamismo empresarial para o conjunto do tecido produtivo (Soto, 1986), o que “pode levar a mais concorrência e maior eficiência, estabelecendo limites e fronteiras mais rigorosos às atividades governamentais” (Schneider e Klinglmair, 2003). (BENITO, 2021, p. 9).

Entretanto, o professor Benito (2021) argumenta que a visão desses autores negligencia os reais impactos negativos da informalidade sobre a sociedade como um todo. Ele salienta que as externalidades negativas, tais como a ausência de proteção social, remunerações reduzidas e condições precárias de trabalho, constituem problemas significativos decorrentes da informalidade. Conforme o autor em referência, conceber a informalidade como uma expressão da inventividade humana acarretaria retrocessos para o bem-estar coletivo, como exemplificado no trecho a seguir:

No entanto, em contraste com esse discurso, o que podemos observar como resultado da continuidade e, frequentemente, expansão da informalidade é uma realidade dos Estados (fiscal e politicamente), que se abrem para

maiores níveis de ineficiência e corrupção. Parece, ao invés disso, que o papel da informalidade constitui um fator retrógrado na perspectiva do desenvolvimento sustentável, devido ao seu papel na sociedade e no sistema econômico. (BENITO, 2021, p. 10).

O autor ainda apresenta uma tabela que ilustra, mais uma vez, a dicotomia entre essas duas visões sobre o trabalho informal:

Quadro 2 - Efeitos econômicos da economia informal

Relação:	Autor:	Interpretação:
Positiva	Adam e Ginsburgh (1985)	Sob certas suposições (baixos custos de entrada na economia informal, devido a uma baixa probabilidade de fazer cumprir as normas), as políticas fiscais são um estímulo positivo tanto para a economia informal quanto para a economia formal.
Positiva	Asea (1996)	A economia informal proporciona um grande potencial para o crescimento da economia global.
Negativa	Loayza (1996)	Uma redução substancial na economia informal leva a um aumento significativo na arrecadação fiscal e, portanto, a uma maior quantidade e qualidade de bens e serviços públicos que, em última instância, podem estimular o crescimento econômico. Um aumento na economia informal reduz o crescimento da economia formal em economias onde: 1) A carga tributária legal é maior do que o ótimo da carga tributária e 2) a aplicação da conformidade com as normas é fraca.
Ambígua: Positiva	Schneider (2006)	Nos países desenvolvidos, quando os consumidores ou empresários enfrentam uma alta carga tributária e regulamentação, a economia informal estimula/aumenta a economia formal ao criar um valor agregado adicional e renda adicional na economia informal, que é gasta no consumo formal.
Ambígua: Negativa	Schneider (2006)	Nos países em desenvolvimento, um aumento na economia informal leva a uma considerável erosão da base fiscal, resultando em menor provisão de infraestruturas públicas e serviços públicos básicos, e, conseqüentemente, resultando em um menor crescimento.

Fonte: (BENITO, 2021, p. 10)

Portanto, o debate entre a visão neoclássica e a abordagem crítica do professor Santos Benito revela diferentes perspectivas sobre a informalidade e suas consequências. Enquanto alguns neoclássicos enxergam a informalidade como uma forma de escapar do controle estatal e promover a inovação, o autor destaca os impactos negativos da mesma na sociedade, argumentando que é preciso considerar essas externalidades negativas ao analisar o fenômeno da informalidade econômica.

Essa divergência de visões é essencial para compreender a complexidade desse fenômeno e suas implicações nos contextos econômicos e sociais no mundo todo, mas principalmente em países semiperiféricos e em desenvolvimento (BENITO, 2021).

2.3 DEFINIÇÃO E CONCEITO DE TRABALHO “DECENTE”

Outro conceito de relevância para este estudo, especialmente relacionado ao indicador de qualidade laboral, ou seja, o rendimento mensal médio, é o conceito de trabalho "decente" estabelecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esse conceito foi formulado no ano de 1999 pela OIT com o objetivo de assegurar que todos os trabalhadores tenham acesso a empregos que se caracterizem por serem seguros, saudáveis e proporcionem um rendimento justo. Além disso, busca-se garantir que os trabalhadores desfrutem de proteção social e dos direitos trabalhistas. Esses objetivos tornaram-se centrais nas atividades da OIT, que estabeleceu a promoção do trabalho "decente" como sua principal missão (OIT, 1999).

O conceito de trabalho “decente” engloba quatro pilares fundamentais que delimitam sua missão, sendo eles:

- A) Direitos no trabalho: essa dimensão diz respeito à erradicação do trabalho forçado e do trabalho infantil, bem como à garantia da liberdade sindical e ao reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva (OIT, 2015).
- B) Emprego: esse pilar engloba a promoção da criação de empregos que sejam considerados produtivos, com remuneração equitativa, abrangendo a oferta de proteção social e a oferta de oportunidades para o desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores (OIT, 2015).
- C) Proteção social: esse terceiro pilar compreende a garantia de sistemas de proteção social abrangentes para todos os trabalhadores, que incluam medidas como seguro-desemprego, assistência médica e previdência social (OIT, 2015).
- D) Diálogo social: o quarto e último pilar diz respeito à promoção de um diálogo construtivo e negociação efetiva entre trabalhadores, empregadores e

entidades governamentais, com o propósito de alcançar soluções justas e equilibradas para questões relacionadas ao trabalho e à economia (OIT, 2015).

Resumindo, o trabalho “decente” pode ser entendido como empregos que são adequadamente remunerados e exercidos com liberdade e segurança, como enfatizado por Laís Abramo, diretora do escritório da OIT, em 2006: “É trabalho adequadamente remunerado, exercido em liberdade, equidade e segurança, e capaz de garantir vida digna” (ABRAMO, 2006).

Em conclusão, é importante destacar que o trabalho "decente" não apenas incorpora as características previamente discutidas, mas também guarda uma conexão direta com o desenvolvimento social. Sua presença ou ausência pode influenciar significativamente variáveis de caráter social como um todo, não se limitando unicamente a questões ligadas à qualidade do trabalho (OIT, 2015; OIT, 1999).

3 RESULTADOS OBTIDOS E SUAS INTERPRETAÇÕES

Neste capítulo, serão discutidos os resultados obtidos por meio das análises realizadas com os modelos econométricos, juntamente com suas interpretações e reflexões. Além disso, serão abordados comentários considerados relevantes em relação às questões e dificuldades identificadas durante a formulação desses modelos.

Como primeiro ponto de destaque, é relevante informar ao leitor e à leitora que a maioria dos modelos, com um nível de confiança de 99%, são aceitos em todos os testes de especificação e sem apresentar problemas de multicolinearidade, conforme detalhado no apêndice A. A única exceção foi o modelo (3), que incluía como variável explicativa a pressão inflacionária, representada pelo Índice de Custo de Vida elaborado pela Escola Superior de Administração e Gerência da Universidade Estadual de Santa Catarina. Esse modelo, no teste RESET de Ramsey, manifestou problemas que, conforme Gujarati (2011), podem indicar uma falha de especificação do modelo, o que, por sua vez, pode comprometer os resultados obtidos. Nesse contexto, optou-se por não incorporar esse modelo na divulgação dos resultados da pesquisa, conduzindo-se assim as análises utilizando apenas os modelos que se mostraram válidos em absolutamente todos os testes realizados.

Ainda é relevante destacar que foram empregadas defasagens úteis de Y ao lado direito da equação para corrigir possíveis questões de autocorrelação residual. Além disso, foi incorporada uma variável dummy para ajuste da poligonal.

Dito isso, as equações obtidas pelos modelos foram respectivamente:

$$\hat{\Lambda}_{IAE} = 0,524 + 0,755 \cdot I_{inf} + 0,308 \cdot I_{IAE_1} + 0,311 \cdot I_{IAE_2} + 0,479 \cdot I_{IAE_3} \quad (1)$$

$$\hat{\Lambda}_{emp} = -0,107 + 0,285 \cdot I_{inf} + 1,06 \cdot I_{emp_1} \quad (2)$$

$$\hat{\Lambda}_{rendimento} = 3,69 - 0,263 \cdot I_{inf} + 0,00809 \cdot dummy_ajuste + 0,712 \cdot I_{rendimento_1} - 0,216 \cdot I_{rendimento_3} \quad (4)$$

Em relação às interpretações, é possível segmentar as equações em dois blocos analíticos distintos. O primeiro bloco abordando as equações que tinham como foco o crescimento econômico, delineando as implicações da economia informal sobre as taxas de crescimento e produtividade. Já, no segundo bloco, direciona-se a análise para a qualidade do trabalho, com o objetivo de avaliar a natureza do emprego informal, independentemente de seu impacto positivo ou negativo sobre o crescimento econômico e a produtividade do estado. Especificamente com relação às interpretações dos modelos e as conclusões gerais dos blocos, consideramos o que segue.

A partir da equação número (1), pode-se afirmar, com um nível de confiança de 95%, que um incremento positivo de 1% na taxa de informalidade esteve associado a um aumento de 0,755% no índice de atividade econômica de Santa Catarina durante o período de análise. Isso corrobora as constatações previamente discutidas nos capítulos anteriores, evidenciando que o trabalho informal aparentemente exerceu uma significativa influência na economia do estado durante o período considerado. Portanto, um aumento na incidência de trabalho informal pode efetivamente se refletir em um maior crescimento econômico e em níveis mais elevados de atividade econômica.

Já na equação número (2), com um nível de confiança de 95%, é possível afirmar que um acréscimo de 1% na taxa de informalidade esteve associado a um aumento de 0,285% no número total de pessoas empregadas durante a semana de referência ao longo do período estudado. Essa conclusão obtida pelo modelo encontra respaldo nos dados apresentados nas seções iniciais deste estudo, onde, de acordo com a PNAD Contínua Trimestral, o trabalho informal representou aproximadamente um quarto do total de empregos no estado durante o período analisado. Portanto, é plausível compreender que o aumento no número de empregos informais, que são menos regulamentados e têm custos mais baixos, de fato esteja relacionado ao aumento geral nas contratações.

Sendo assim, com base nas interpretações das duas primeiras equações, fica evidenciado que a economia informal aparentemente exerceu, de fato, um impacto positivo nos indicadores de crescimento econômico do estado durante o período em análise. Esses resultados ressaltam a importância dos trabalhadores inseridos na economia informal como contribuintes significativos para a economia e destaca que a economia informal representa uma forma

crucial de ocupação e renda para uma parcela significativa da população catarinense.

No entanto, apesar dos resultados positivos obtidos pelo primeiro bloco de análises, é de suma importância examinar o outro aspecto desse fenômeno, ou seja, a qualidade laboral do trabalho informal presente no estado. Isso permite uma análise mais completa dos aspectos gerais do trabalho informal em Santa Catarina durante o período estudado. Nesse sentido, se avança para a análise do segundo bloco, que se concentra na interpretação do modelo (4).

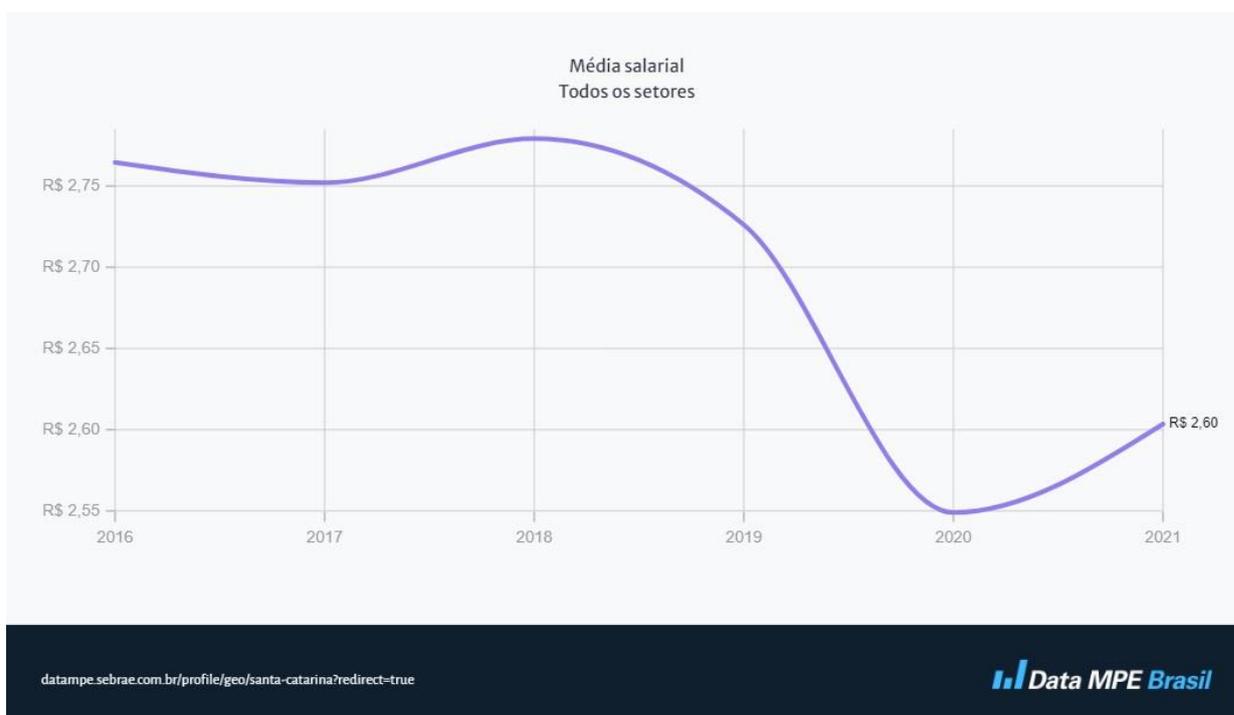
Na equação (4), com um nível de confiança de 87,5%, observa-se que um acréscimo de 1% na taxa de informalidade esteve associado a uma diminuição de 0,236% no rendimento médio mensal. Tal resultado evidencia que, apesar do impacto positivo nas variáveis relacionadas ao crescimento econômico, como destacado no primeiro bloco de interpretação, a qualidade laboral do trabalho informal durante o período analisado em Santa Catarina foi substancialmente baixa.

Neste contexto, é relevante retomar a classificação delineada nos capítulos anteriores por Vahdat *et al.* (2022), que identificou quatro categorias predominantes de informalidade no país. A primeira delas diz respeito aos trabalhadores informais de subsistência, caracterizados por ocupações que oferecem condições de trabalho precárias, remuneração reduzida e limitadas oportunidades de progressão profissional. A segunda categoria engloba os trabalhadores informais de potencial produtivo, os quais desempenham atividades com uma qualidade laboral e produtividade superiores àquelas encontradas nos informais de subsistência, embora, assim como a categoria anterior, enfrentem desafios significativos para formalizar suas atividades. A terceira categoria refere-se aos trabalhadores informais por opção, que exercem ocupações de alta qualidade, passíveis de formalização, mas optam pela informalidade visando manter níveis de renda mais elevados. Por fim, a quarta categoria compreende os trabalhadores formais frágeis, que possuem empregos formalizados, porém, caracterizados por condições laborais “extremamente precárias”, configurando posições de “extrema” vulnerabilidade social (VAHDAT *et al.*, 2022).

Considerando essas categorias, é possível concluir, com base nos resultados obtidos, que a maioria dos trabalhadores informais no estado durante

o período em análise possivelmente se enquadram nos dois primeiros tipos, ou seja, os informais de subsistência e os informais de potencial produtivo. Esses trabalhadores frequentemente desempenham ocupações caracterizadas por condições de trabalho precárias, ausência de proteção social adequada, remuneração reduzida e enfrentam desafios para se formalizar. Uma evidência marcante da presença significativa desses tipos de emprego informal no estado é representada pela baixa média salarial presente em território catarinense, algo ilustrado pelo Gráfico 2, o qual demonstra a variação da média salarial em Santa Catarina no período compreendido entre 2016 e 2021.

Figura 1 – Média salarial



Fonte: Data MPE Brasil (SEBRAE, 2023)

A presença forte dessa modalidade de labor informal no estado acaba por contrastar com os princípios de trabalho decente estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que se baseiam em quatro pilares fundamentais: respeito aos direitos e princípios essenciais do trabalho, promoção de empregos de qualidade, extensão da proteção social e estímulo ao diálogo social. Portanto, apesar dos resultados positivos observados em relação

aos indicadores de crescimento econômico, os empregos informais no estado durante o período apresentaram características que são adversas à qualidade do emprego e, por extensão, podem afetar o desenvolvimento social, fazendo com que se aumente a marginalização e a instabilidade social (ABRAMO, 2006; OIT, 2015).

Importante enfatizar também que, assim como colocado por Benito (2021), além de problemas relacionados à qualidade laboral, a presença de empregos informais acarreta na diminuição da arrecadação tributária pelo Estado, fenômeno que, assim como a precarização dos postos de trabalho, pode contribuir para a deterioração de indicadores sociais.

Em conclusão, observa-se que, em linha com a teoria neoclássica, a criação de uma nova classe de empregos menos regulamentados pode, de fato, aumentar a demanda por empregos, resultando em um aumento no número total de postos de trabalho e, conseqüentemente, contribuir para algum nível de crescimento econômico e produtividade. No entanto, é crucial notar que a qualidade desses empregos muitas vezes compromete o conceito de "trabalho decente" e pode, na verdade, prejudicar o desenvolvimento social. Isso significa que o crescimento econômico gerado pela expansão do setor informal tende a ser temporário quando comparado ao impacto negativo na qualidade de vida e na estabilidade social desses trabalhadores (BENITO, 2021).

Por fim, torna-se pertinente a necessidade de desenvolver políticas públicas que tenham como objetivo a redução do trabalho informal e, simultaneamente, a melhoria da qualidade dos postos de trabalho. Contudo, é igualmente fundamental que essas políticas reconheçam o valor intrínseco que os trabalhadores informais representam para a economia de Santa Catarina em sua totalidade. Portanto, é possível concluir que medidas que proponham uma formalização gradual da economia talvez tenham maior potencial de efetividade, pois as mesmas apresentariam uma maior margem para lidar com a importância que muitas vezes o emprego informal apresenta para boa parte da população e para a própria economia em si, como constatado através dos modelos relacionados ao crescimento econômico.

4 POSSÍVEIS DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS VISANDO O COMBATE À ECONOMIA INFORMAL

No presente capítulo, foram analisadas sugestões de possíveis diretrizes de políticas públicas visando uma formalização gradual da economia e uma “melhora” dos postos de trabalho. Para tal, foram abordadas três seções. A primeira elucidando os principais enfoques teóricos para a consecução deste objetivo e alguns acontecimentos contemporâneos ligados ao trabalho informal. A segunda examinou medidas já implementadas pelo governo brasileiro no passado e que convergem com essa premissa. Por fim, a terceira seção apresentou sugestões de possíveis diretrizes voltadas à “implementação” de medidas com esse fim, direcionadas para Santa Catarina, local de estudo deste trabalho.

4.1 ESTRATÉGIAS TEÓRICAS

Na presente seção, são exploradas abordagens de natureza teórica acerca de como o trabalho informal poderia ser contido e alguns acontecimentos atuais ligados ao tema, visando tanto uma formalização gradual quanto uma “melhora” dos postos de trabalho, promovendo assim uma possível ascensão entre os tipos de informalidades discutidos nos capítulos anteriores.

Para introduzir essa discussão, é essencial reconhecer a complexidade que caracteriza o âmbito do trabalho informal. Conforme abordado nos capítulos antecedentes, o trabalho informal se distingue por uma multiplicidade de causas e efeitos, bem como por suas variadas manifestações em todo o território nacional. Dado esse panorama de relativamente elevada complexidade, não se vislumbra uma abordagem de solução singular para um fenômeno de tal envergadura. Desse modo, diversas estratégias simultâneas podem ser adotadas, envolvendo, para sua execução de forma mais eficiente e eficaz, a atuação de múltiplos agentes governamentais.

De acordo com Roubad *et al.* (2020), a eficaz contenção do trabalho informal demanda a implementação de medidas públicas capazes de catalisar uma transformação na estrutura produtiva nacional. Esse processo requer a priorização de atividades econômicas com maior dinamismo internacional e

significativo valor agregado. A consequência desse enfoque repousa na promoção da progressiva “complexificação” e “tecnologização” dos postos de trabalho no Brasil, fomentando assim um incremento no valor intrínseco à mão de obra empregada. Nessa perspectiva, ganha relevância a alocação preponderante dos recursos governamentais em setores considerados de “alta produtividade” e potencial gerador de empregos formais, notadamente nos campos da “alta tecnologia” e da indústria, algo que já vem sendo debatido na atualidade, quando as recentes reformas do novo ensino médio, por exemplo, parecem se afastar dessa realidade.

Nesse contexto, é pertinente abrir “parênteses” para discutir um pouco sobre a Reforma do Novo Ensino Médio, estabelecida pela Lei 13.415/2017 e que tem suscitado debates intensos em todo o país. A nova reforma do ensino médio consiste em uma relativamente profunda alteração na estrutura curricular. Seu propósito central é conferir maior flexibilidade a essa etapa de ensino, adaptando-a às necessidades dos estudantes. Isso implica na capacidade dos estudantes de selecionar as disciplinas que desejam estudar com maior profundidade, com base em suas habilidades e interesses. Além disso, a reforma busca promover a integração entre o ensino médio e a educação profissional, proporcionando aos estudantes a oportunidade de adquirir formação técnica enquanto cursam o ensino médio regular. Dito isso, apesar dos possíveis benefícios, como uma maior flexibilidade e integração entre o ensino médio e a educação profissional, críticas substanciais foram direcionadas a essa reforma. Entre as objeções levantadas, destacam-se preocupações sobre a redução da carga horária de disciplinas fundamentais, como Filosofia e Educação Física. Além disso, há apreensões quanto ao possível impacto negativo na equidade educacional, beneficiando estudantes de instituições particulares e potencialmente comprometendo a qualidade do corpo docente uma vez que a possibilidade de contratação de professores sem formação para lecionar disciplinas específicas é uma possibilidade (SILVA et al., 2021).

Há receios de que essa reestruturação do ensino médio possa transformar as escolas em ambientes excessivamente orientados para habilidades técnicas, limitando as perspectivas de carreira e desenvolvimento profissional dos estudantes. Esse cenário contrasta com a abordagem proposta neste estudo, que preconiza uma reforma do sistema produtivo e educacional mais abrangente

e holística, visando capacitar a força de trabalho de maneira ampla (SILVA et al., 2021).

Voltando, ainda conforme observado no artigo de Roubad *et al.* 2020, atribui-se notável importância à proposição por parte do governo de um conjunto mais amplo de políticas públicas diretamente relacionadas ao trabalho informal. Esse enfoque implica no reconhecimento do trabalho informal como uma fonte significativa de ocupação e renda para uma considerável parcela da população (ROUBAD *et al.*, 2020).

Os autores do referido estudo também ressaltam mais algumas ideias teóricas que poderiam ser implementadas em relação aos problemas da informalidade. Entre essas medidas, destacam-se principalmente a ampliação das oportunidades de capacitação profissional, com um foco especial nas pessoas já inseridas no mercado de trabalho, visando ao aprimoramento de suas habilidades e à agregação de maior valor à sua mão de obra (ROUBAD *et al.*, 2020).

Ademais, a facilitação do acesso ao crédito assume um papel crucial, permitindo que pequenos empresários informais possam dispor de recursos para investimentos com taxas relativamente diferenciadas. Uma intensificação na fiscalização das condições laborais e o fortalecimento das salvaguardas para os direitos dos trabalhadores também emergem como ações prementes. Essas diretrizes, delineadas pelos autores, ressaltam a importância da atuação governamental em abordagens multifacetadas, visando a otimização das condições laborais dos trabalhadores informais e, por conseguinte, contribuindo para a valorização e formalização desse setor da economia. É ainda relevante destacar que, devido aos atuais níveis de juros na economia nacional, a elaboração de medidas de estímulo à acesso a crédito facilitado necessitam de uma abordagem “cautelosa”. Existe uma considerável possibilidade de que os beneficiários desse crédito simplificado enfrentem dificuldades para efetuar os pagamentos devido às altas taxas de juros vigentes. Essa situação poderia resultar em um aumento das taxas de inadimplência, minando, assim, os objetivos propostos pela política que tem como meta conceder crédito acessível como forma de fomentar o crescimento e a formalização dos trabalhadores.

Nesse sentido, outra medida igualmente relevante é que o Estado institua incentivos destinados às empresas formais que se pautam pelo “escrupuloso”

cumprimento das regras e normas trabalhistas. Essas empresas, que operam dentro das fronteiras legais, merecem ser reconhecidas e recompensadas, especialmente diante das circunstâncias em que muitas delas competem com estabelecimentos que empregam a grande maioria de seus trabalhadores de forma informal. Tal situação oferece a essas últimas uma notável economia em seus custos operacionais, conferindo-lhes uma vantagem competitiva considerável no mercado (ROUBAD *et al.*, 2020).

Assim, ao “recompensar”, com incentivos fiscais e monetários, por exemplo, as empresas formais que aderem às práticas legais, o Estado incentiva a conformidade normativa e nivela o campo de atuação entre as empresas que atuam de maneira legal e aquelas que se beneficiam da informalidade. Esse enfoque não apenas fortalece as empresas formais, mas também fomenta um ambiente de concorrência mais equitativo, ao mesmo tempo em que contribui para a promoção da formalização da economia e a melhoria das condições de trabalho. Mesmo que esses incentivos fiscais e monetários acabem gerando certa erosão fiscal para o governo, a mesma ainda seria muito menor do que os impostos que o Estado deixa de arrecadar com as empresas que atuam na informalidade (ROUBAD *et al.*, 2020).

Outro tópico de considerável relevância no contexto da luta contra a economia informal é a discussão em torno das cooperativas de mão de obra. Essas cooperativas constituem organizações compostas por trabalhadores que se associam para prestar serviços a terceiros, estabelecendo relações nas quais não há qualquer vínculo empregatício entre os trabalhadores e as empresas contratantes. É importante destacar que esse tipo de cooperativismo é frequentemente considerado uma forma contemporânea de emprego informal e precário. Isso ocorre porque, em muitos casos, os trabalhadores que atuam por meio dessas cooperativas não têm acesso aos seus direitos trabalhistas e previdenciários assegurados pela legislação vigente (GIMENEZ *et al.*, 2002).

Além disso, as cooperativas de mão de obra têm contribuído para a desestruturação das relações de empregos formais e para a negação dos direitos decorrentes dos contratos de trabalho. Portanto, embora algumas pessoas possam encontrar soluções temporárias para o desemprego por meio dessas cooperativas, do ponto de vista macroeconômico, elas não se apresentam como uma alternativa viável para solucionar o problema do

desemprego. Pelo contrário, são, dessa maneira, apenas mais uma forma de informalidade a ser combatida (GIMENEZ *et al.*, 2002).

Nesse contexto, ainda existe outro fenômeno contemporâneo que está intimamente ligado à informalidade: a “uberização”. A “uberização” é uma tendência que se refere a uma nova modalidade de organização do trabalho na qual os trabalhadores estão vinculados a empresas baseadas em aplicativos (que podem englobar uma variedade de plataformas, não se limitando apenas à Uber). Essas empresas operam principalmente por meio do controle do trabalho via plataformas digitais (SILVA *et al.*, 2020).

A principal crítica à “uberização” reside no fato de que ela contribui para a precarização do trabalho. Os trabalhadores envolvidos nesse modelo frequentemente enfrentam condições laborais inseguras e instáveis, desprovidas de direitos e benefícios trabalhistas. Além disso, estão sujeitos a riscos e custos relacionados à sua atividade laboral. A “uberização” também é objeto de críticas devido à completa subordinação dos trabalhadores às plataformas digitais, que controlam tanto o tempo quanto o valor de seu trabalho (SILVA *et al.*, 2020).

Desse modo, a “uberização”, juntamente com outras ocupações relacionadas a aplicativos, representam uma nova e significativa manifestação do trabalho informal na era contemporânea (SILVA *et al.*, 2020).

Concluindo, torna-se evidente que, apesar das características intrínsecas ao sistema capitalista de produção, é dever do Estado gerar um ambiente com relativa qualidade laboral, implementando medidas que façam com que o trabalho informal não seja mais uma realidade imposta com tanta veemência a boa parte da população brasileira como a única maneira de manter sua sobrevivência. Para efetivar essa transformação de realidade, faz-se imprescindível uma reestruturação abrangente no cenário laboral brasileiro, bem como uma ampliação significativa da capacitação da força de trabalho, com vistas a conferir aos trabalhadores maior valor em sua mão de obra e, por consequência, uma maior capacidade de negociação junto aos seus empregadores.

Desse modo, através da ampliação das capacidades laborais propostas nas medidas anteriormente discutidas, uma possível transformação ou 'evolução' entre os distintos modos de informalidade presentes no território nacional, conforme discutido na bibliografia visitada, poderia ser promovida. Por

meio dessa abordagem, as externalidades adversas associadas ao trabalho informal seriam potencialmente mitigadas, enquanto as externalidades “positivas”, como o aumento da produtividade e da renda, não seriam tão afetadas.

Por fim, é importante salientar que, mesmo com essa “evolução”, a introdução de ferramentas que gradualmente facilitassem a formalização desse tipo de trabalhadores informais de maior “nível” se apresentaria como uma estratégia pertinente, tanto por questões previdenciárias quanto por questões de captação tributária. Mediante tal abordagem, a transição gradual e progressiva entre os tipos de informalidade presentes no Brasil poderia resultar em impactos imediatos na melhoria da qualidade de vida da população em geral. Essa perspectiva se baseia na premissa de que uma força de trabalho mais capacitada e formalizada tende a proporcionar um ambiente econômico mais “estável” e propício ao crescimento, contribuindo, assim, para um avanço mais sustentável do país (ROUBAD *et al.*, 2020; VAHDAT *et al.*, 2022).

4.2 INICIATIVAS ESTATAIS JÁ IMPLEMENTADAS

Nesta seção, são examinadas algumas medidas já adotadas pelo governo brasileiro no âmbito da luta contra o trabalho informal e que podem ter potencial de gerar uma melhora nos indicadores de informalidade. Por consequência, gerariam uma possível formalização gradual, promovendo assim uma ascensão entre os tipos mencionados de informalidade. Além disso, será realizada uma análise da viabilidade de uma expansão ou até réplica, em menor escala, desses programas para o estado de Santa Catarina, que é o foco central de nossa análise.

Na análise preliminar dos programas já utilizados pelo Estado brasileiro, destacam-se iniciativas que facilitam o acesso dos jovens à capacitação profissional, exemplificadas pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano) e o Programa Universidade para Todos (ProUni). Esses programas almejam aprimorar a capacidade laboral dos jovens, especialmente os de baixa renda, através do oferecimento de vias simplificadas para ingresso em universidades e cursos técnicos profissionalizantes.

No documento "Juventude e Trabalho Informal no Brasil", um relatório resultante da colaboração entre a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), datado de 2015, emerge a constatação de que tais programas instituídos pelo governo federal têm exercido impacto significativo na redução da informalidade laboral, notadamente entre os jovens. De acordo com os dados apresentados nesse relatório, essas iniciativas estão associadas a uma expressiva diminuição da taxa de informalidade no segmento juvenil, compreendido entre 15 e 29 anos. Nessa faixa etária da população, o índice de informalidade decresceu de 55,2% para 31,2% durante o período compreendido entre 2001 e 2013 (SILVA *et al.*, 2015).

Vale salientar que tais medidas desempenham um papel de destaque ao elevar o valor agregado à força de trabalho juvenil. Por esse motivo exercem uma função essencial na atenuação do trabalho informal no contexto brasileiro, refletindo-se em resultados de interesse coletivo. Em relação a Santa Catarina, já existe o programa Universidade Gratuita, que oferece ensino gratuito para estudantes de cursos de graduação em fundações e entidades sem fins lucrativos de assistência social. Nesse sentido, o programa tem potencial para ser expandido, com o objetivo de aprimorar o valor agregado à mão de obra do estado. Da mesma forma, um aumento nos investimentos da universidade estadual, neste caso, a UDESC, também poderia ter efeitos positivos dentro desse objetivo (SANTA CATARINA, 2023).

Outra medida recentemente adotada pelo governo brasileiro, que tem sido objeto de considerável destaque no contexto desta análise, é a criação dos Microempreendedores Individuais (MEIs). Segundo Vahdat *et al.* (2022), essa iniciativa foi concebida com o propósito de estimular a formalização de empreendedores informais, proporcionando-lhes um acesso simplificado a recursos anteriormente de difícil obtenção, como serviços bancários, crédito facilitado e emissão de notas fiscais. Além disso, o regime MEIs visa oferecer benefícios previdenciários, como auxílio-doença e assistência social. Os MEIs emergem como uma tentativa interessante de simplificar a formalização, contudo, a implementação pode suscitar indagações.

Não obstante o intuito de abranger os trabalhadores do setor informal, observa-se, conforme Vahdat *et al.* (2022), que 51% dos indivíduos que aderiram ao MEI já possuíam vínculo empregatício formal anterior à formalização como

MEI. Essa constatação sugere que a política pode não ter obtido a aderência desejada. Ainda mais relevante é o fato de que, em alguns casos, o regime MEI não tem alcançado os resultados desejados, por vezes resultando na criação de uma categoria de empregos semi-formalizados que retêm as características emblemáticas dos empregos informais. Conseqüentemente, a proteção social é baixa, a remuneração é diminuta e as condições de trabalho são precárias, mantendo, assim, uma qualidade laboral baixa.

Cumpra também ressaltar que algumas empresas estão utilizando o regime MEI como meio para dissimular suas relações empregatícias, transmutando-as em relações de prestação de serviços entre empresas, em detrimento das relações de emprego. Esse procedimento engendra uma evasão de diversas leis trabalhistas, produzindo um efeito contrário ao almejado quando da implementação da medida (VAHDAT *et al.*, 2022).

Nesse contexto, os Microempreendedores Individuais (MEIs) emergem como uma proposição intrigante, que visa simplificar o processo de formalização. Todavia, essa medida, apesar de sua “perspicácia” em aliviar o “fardo burocrático” que invariavelmente acompanha a melhoria do acesso à formalização, também suscita uma série de questões e âmbitos de aprimoramento que merecem ponderação.

Outro programa estabelecido pelo governo federal é o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Esse programa teve seu início em 2005 e possui como escopo estimular a geração de emprego e renda no seio dos empreendedores populares, englobando tanto indivíduos quanto entidades jurídicas cuja receita anual não ultrapasse a cifra de 120 mil reais. Adicionalmente, visa prover recursos e assistência técnica para a obtenção de microcrédito produtivo. Durante o período compreendido entre 2005 e 2014, cerca de 90% dos empréstimos efetuados foram destinados a microempreendedores, sendo notório que dois terços desse grupo eram compostos por mulheres, o que ressalta a presença atuante deste gênero além de ser um importante avanço em termos sociais. É relevante notar que a maioria desses empréstimos foi direcionada para fins de capital de giro, ao invés de investimentos (VAHDAT *et al.*, 2022).

Ao contrário, de parte das iniciativas de crédito destinadas aos trabalhadores informais, o PNMPO não centraliza sua atuação na formalização,

mas sim na melhoria dos níveis de renda para tais trabalhadores e trabalhadoras. Esse programa representa um exemplo de uma abordagem de crédito que poderia ser implementada em Santa Catarina, apresentando resultados na renda dos trabalhadores e trabalhadoras informais. Esses efeitos, de forma indireta, acabam por potencialmente estimular um ambiente mais propenso à formalização.

Nesse sentido, outro paradigma de programa destinado a simplificar o acesso ao crédito é o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), cujo lançamento remonta ao ano de 1994. Assim como o PNMPO, o PROGER também almeja facilitar a obtenção de crédito para microempreendedores. Contudo, este programa apresenta um atrativo comparativamente menor quando contrastado com o PNMPO, em razão da ausência de garantias de crédito “substanciais” (VAHDAT *et al.*, 2022).

Os dois últimos programas a serem aqui expostos se tratam de políticas que visam fomentar a “acessibilidade” e “desburocratização” do processo de formalização. Como primeira ilustração, o Programa Simples Nacional merece destaque, pois simplificou a obrigatoriedade de declaração fiscal anual das empresas. Essa medida reduziu a complexidade ao exigir apenas uma declaração, e também permitiu a emissão de notas fiscais por meios eletrônicos, facilitando, assim, a transição de muitas empresas informais para a formalidade (VAHDAT *et al.*, 2022).

Em seguida, surge o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). Este programa se dedica à unificação de informações, permitindo que as empresas registrem os dados de seus colaboradores e consolidem suas obrigações trabalhistas. Desse modo, o mesmo simplifica os processos e evita a submissão de informações “incorretas” ao governo.

Como comentário final, é relevante enfatizar que tais programas apresentaram um impacto significativo no fomento à formalização, uma vez que mitigaram consideravelmente a “burocracia” e os custos que frequentemente constituem “barreiras” para os cidadãos, os quais muitas vezes carecem de recursos temporais, monetários e informacionais para cumprir as exigências de formalização (VAHDAT *et al.*, 2022). Nesse contexto, talvez fosse relevante implementar programas como esses em escala reduzida dentro de Santa

Catarina, visando alcançar parte dos impactos positivos na promoção da formalização diretamente dentro da economia catarinense.

4.3 POSSÍVEIS DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE PODERIAM SER “IMPLEMENTADAS” EM SANTA CATARINA

Nesta seção do estudo, busca-se sintetizar todas as considerações previamente abordadas, com o propósito de estabelecer possíveis diretrizes hipotéticas de políticas públicas que poderiam ser potencialmente implementadas no contexto do estado de Santa Catarina. O objetivo principal é fazer um esforço dedutivo que consiste em delinear estratégias que poderiam ajudar na formalização gradual da econômica catarinense e, por consequência, promover uma melhoria na qualidade laboral presente no estado. Para essa finalidade, este subcapítulo foi subdividido em duas partes. A primeira parte engloba a sumarização das estratégias essenciais a serem adotadas por tais possíveis diretrizes, e a segunda compreende a sugestão das mesmas, as quais se fundamentam nas estratégias previamente delineadas.

4.3.1 ESTRATÉGIAS SELECIONADAS

O objetivo da presente seção reside na concepção de concebíveis estratégias para a formulação de possíveis diretrizes hipotéticas de políticas públicas, com a finalidade de presumivelmente mitigar o trabalho informal, promovendo uma formalização gradual da economia e melhorando a qualidade laboral catarinense. Para tal intento, as estratégias delineadas se fundamentam nas premissas apresentadas por Vahdat *et al.* (2022). Os autores propõem a adoção de quatro eixos primordiais para promover a formalização, os quais consistem em:

- a) **Facilitação da Formalização:** Esse eixo visa a “simplificação” dos processos burocráticos e a redução dos encargos associados ao emprego formal. Busca-se, assim, permitir uma transição simplificada para a formalização por parte dos trabalhadores informais, bem como proporcionar um ambiente favorável para que as pequenas empresas

lidem de maneira mais acessível com as questões laborais concernentes à contratação e à gestão de colaboradores.

- b) Estímulo a uma Cultura de Conformidade Legal: Essa abordagem concentra-se na modificação das mentalidades individuais, visando à instauração de uma cultura arraigada de conformidade com as leis. O intuito é “desencorajar” a prática do trabalho informal por meio da promoção de incentivos para as empresas que aderem à legalidade, mediante a intensificação das inspeções e a imposição de punições mais rigorosas àqueles que se afastam dos parâmetros legais estabelecidos.
- c) Assegurar a Proteção Social: Esse enfoque busca garantir a proteção social aos trabalhadores informais, por meio do acesso a mecanismos que proporcionem segurança de renda, serviços de assistência médica e suporte social. Desse modo, visa-se assegurar que esses trabalhadores obtenham um nível mínimo de subsistência, sem necessitarem recorrer a ocupações de baixa qualidade para garantir a sobrevivência própria e de seus familiares, podendo, assim, buscar trabalhos de cunho formal sem a necessidade de depender da informalidade para conseguir um mínimo sustento.
- d) Fomentar o Desenvolvimento Produtivo: Esse último eixo pode ser considerado como uma dimensão particularmente “eficaz e abrangente”. Ele sugere a implementação de medidas que impulsionem o desenvolvimento produtivo tanto das empresas quanto dos trabalhadores. Dessa forma, busca-se o aumento do valor das empresas e, concomitantemente, o aprimoramento do valor da mão de obra agregada dos trabalhadores, um aspecto de significativa importância para a formalização, conforme analisado nos capítulos precedentes. Dentre as iniciativas que podem ser adotadas sob esta dimensão, incluem-se: o estímulo ao crédito, a promoção de cursos profissionalizantes destinados aos trabalhadores, o fomento à inovação em empresas de pequeno porte, por exemplo.

4.3.2 POSSÍVEIS DIRETRIZES PROPOSTAS

Nesta seção final, são exploradas as possíveis diretrizes hipotéticas que poderiam ser adotadas em Santa Catarina, essas possíveis diretrizes foram geradas a partir dos eixos apresentados no subcapítulo anterior.

A primeira potencial diretriz sugerida, com base no primeiro eixo, consiste na criação de um programa denominado hipoteticamente de "SC Formaliza+". Esse programa teria como objetivo simplificar os procedimentos burocráticos e reduzir as obrigações associadas ao emprego formal no estado, tornando "mais fácil" a formalização de trabalhadores que atuam informalmente e "simplificando" a gestão de pequenas empresas em relação à contratação e administração de seus colaboradores.

Desse modo, o mesmo envolveria uma revisão relativamente abrangente dos processos de registro de empresas e contratação de trabalhadores, visando a eliminação de etapas consideradas "redundantes e burocráticas". A título de exemplo, o programa poderia estabelecer uma plataforma online unificada para a abertura de empresas e o registro de funcionários, de maneira semelhante ao que o programa eSocial já realiza em outras regiões do país, adaptado, porém, especificamente à realidade catarinense.

Em conclusão, ao propor medidas de simplificação de processos, é de extrema importância exercer cautela, pois algumas complexidades presentes em tais processos podem estar relacionadas a funções e procedimentos essenciais que não devem ser reduzidos indiscriminadamente (VAHDAT *et al.*, 2022), principalmente por existirem o potencial de abertura de espaço para práticas corruptíveis.

A segunda diretriz proposta alinha-se ao segundo eixo, visando à promoção de uma cultura de conformidade legal na sociedade. Nesse sentido, poderia ser planejado instituir a 'Semana do Trabalho Legal', durante a qual palestras seriam ministradas nas escolas, dirigidas às crianças, abordando a importância do trabalho em conformidade com a legislação. Nesse contexto, estratégias de divulgação, incluindo propagandas, seriam empregadas para disseminar a concepção de um trabalho formal e aderente às normas governamentais.

Adicionalmente, visando estimular esta conformidade legal, uma cooperação entre o governo estadual e federal poderia dar lugar a uma série de incentivos durante essa semana, direcionados a empresas que apresentam as melhores condições de trabalho e conformidade com a lei. Dentre essas medidas

de incentivo, destaca-se a possibilidade de redução de encargos tributários. É importante ressaltar que tal medida poderia gerar uma redução nas receitas fiscais, porém, essa diminuição aparentemente seria consideravelmente menor em comparação com a erosão fiscal resultante da atuação de empresas que operam à margem da legalidade. Além disso, outra estratégia que se mostra viável consiste na oferta de prêmios em formato monetário, criando, assim, um estímulo extrínseco para que as empresas adiram estritamente às normas de conformidade legal.

Como possíveis diretrizes voltadas para o terceiro eixo, poderiam ser analisadas as seguintes ideias: a) instituir um programa estadual destinado a oferecer proteção social abrangente aos trabalhadores informais, o “PPSTI” (programa de Proteção Social para Trabalhadores Informais), o qual englobaria a disponibilidade de um seguro de renda mínima, suporte para formação profissional e assistência social para os trabalhadores de cunho informal; e b) expandir o acesso dos trabalhadores informais aos benefícios previdenciários, permitindo que contribuam para a previdência social em bases “mais flexíveis” e, portanto, “mais acessíveis”. Isso incluiria a “facilitação” do cadastro, a disponibilidade de planos de contribuição escalonados e a promoção de campanhas de conscientização sobre a importância da previdência, por exemplo.

As possíveis diretrizes do quarto eixo, voltadas para o fomento do desenvolvimento produtivo dos trabalhadores informais, poderiam ser: a) criação de um programa estadual de microcrédito voltado exclusivamente para os trabalhadores informais, oferecendo linhas de crédito com condições “acessíveis e flexíveis” para investimentos em suas atividades, frisando sempre a importância do recurso ofertado pela linha de crédito ser empregado em investimentos e capital de giro; b) desenvolver programas de capacitação e treinamento voltados para aprimorar as habilidades técnicas e empresariais dos trabalhadores informais, em parceria com institutos de ensino já existentes, como os Institutos Federais de Educação, por exemplo, proporcionando, assim, conhecimentos relevantes para melhorar a qualidade de seus produtos e serviços, adicionando, desse modo, valor à sua mão de obra; e, por fim c) realizar feiras, exposições e eventos comerciais para promover os produtos e serviços dos trabalhadores informais.

5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste estudo, com base nos modelos econométricos elaborados e nas referências bibliográficas visitadas, proporcionou uma compreensão um pouco mais completa da dinâmica do trabalho informal no estado de Santa Catarina. Além disso, contribuiu para a ampliação da compreensão de como esse tipo de trabalho afetou, durante o período selecionado, os principais indicadores das metas macroeconômicas e a qualidade do emprego que, por sua vez, exerce influência sobre os indicadores de natureza social. Nesse contexto, ressaltou-se a relevância da análise do trabalho informal que mostrou ter um impacto significativo sobre as variáveis selecionadas durante o período de estudo.

Adicionalmente, salienta-se a importância de implementar medidas com o propósito de mitigar o trabalho informal e aprimorar a qualidade desse tipo de emprego. No entanto, para criação dessas medidas, é crucial reconhecer a relevância que o trabalho informal possui para a economia do estado, uma vez que representa uma fonte de renda e emprego (subsistência) para muitos indivíduos, como o evidenciado pelos modelos analisados.

Para alcançar os objetivos definidos neste estudo, realizou-se uma pesquisa exploratória composta por três etapas distintas. Inicialmente, foi conduzida uma revisão bibliográfica para estabelecer um referencial que servisse como base para a interpretação dos modelos econométricos estimados e como fonte para fundamentar as discussões decorrentes das conclusões obtidas por meio desses modelos.

Em seguida, foram abordados resultados obtidos com os modelos econométricos, o que possibilitou a identificação de evidências relevantes sobre a influência do trabalho informal nas variáveis selecionadas durante o período de análise.

Por fim, em um esforço analítico de dedução, foram discutidas possíveis diretrizes de políticas públicas voltadas para a potencial redução do trabalho informal e melhoria da qualidade dos empregos informais em Santa Catarina. Além disso, explorou-se como essas diretrizes, com base na teoria, poderiam contribuir para um crescimento econômico mais sustentável no estado.

No que diz respeito aos resultados obtidos por meio dos modelos estimados, observou-se que o trabalho informal exerceu uma influência positiva sobre as variáveis relacionadas ao crescimento econômico no estado, tais como o índice de atividade econômica e o nível geral de empregados. No entanto, em contrapartida, apesar dessa influência positiva nos indicadores de crescimento, o índice de informalidade laboral apresentou uma relação negativa com o indicador de *proxy* de qualidade dos postos de trabalho, indicando que a qualidade desse tipo de emprego era mais baixa.

Esses resultados corroboram com a ideia sobre os tipos de informalidade identificados anteriormente na literatura, mostrando que possivelmente os tipos de trabalho informal predominantes no estado durante o período analisado foram os de baixa qualidade, que são caracterizados por remuneração reduzida e condições precárias de trabalho. Portanto, a qualidade do trabalho informal examinado no estado durante esse período não se alinharia com a definição de trabalho decente estabelecida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esse cenário sugere que a baixa qualidade do trabalho informal poderia ter impactos negativos nos indicadores de desenvolvimento social, algo que pode gerar certa preocupação por parte dos governos (VAHDAT *et al.*, 2022; OIT, 2015).

Nesse sentido, com base nos diagnósticos proporcionados pelos modelos, foi possível concluir a importância da criação de medidas destinadas a combater o trabalho informal e promover uma maior qualidade laboral dentro do estado. Com isso, também foram propostas discussões conceituais para a formulação de tais sugestões de diretrizes de políticas públicas, buscando maneiras “alternativas”, dentro da intenção de implementar uma formalização gradual da economia, que pudessem levar a uma possível “evolução” entre os diferentes tipos de informalidade identificados. Além disso, foram abordadas medidas já adotadas no Brasil com objetivos semelhantes a esse, discutindo, com base no referencial, suas possíveis críticas e pontos de possível “acerto”.

Por fim, concluindo a análise, realizou-se um exercício dedutivo com base na literatura visitada e resultados estudados, apresentando algumas sugestões hipotéticas de diretrizes de políticas públicas que poderiam eventualmente ser implementadas em Santa Catarina com o propósito de promover uma possível formalização gradual e uma eventual “evolução” entre os tipos de informalidade.

Essas possíveis medidas hipotéticas teriam como objetivo contribuir para a redução da informalidade como um todo e gerar uma melhoria para a qualidade dos postos de trabalho. Essas proposições seriam concebidas levando em consideração a relevância econômica e, por vezes, social desse tipo de emprego como fonte de renda e ocupação para uma parcela significativa da população catarinense, reforçando, desse modo, a importância de propor uma formalização gradual desses informais, ao invés de medidas mais abruptas, que poderiam desconsiderar a importância que muitas vezes esse tipo de trabalho acaba possuindo.

Como considerações finais, é fundamental destacar algumas observações relevantes, dentre as quais se incluem as dificuldades enfrentadas durante a elaboração deste trabalho e as sugestões para pesquisas futuras. Foram enfrentados desafios significativos ao longo do processo de desenvolvimento deste estudo, sendo a principal dificuldade a escassez de dados disponíveis e não intermitentes, principalmente aqueles de natureza social.

Inicialmente, havia o planejamento de trabalhar com indicadores de desenvolvimento social como parte das metas macroeconômicas, visando representar um possível crescimento econômico sustentável embasado em um aprimoramento de indicadores sociais. No entanto, devido à escassez de dados disponíveis para essa abordagem, foi necessário adaptar a metodologia e utilizar um indicador de qualidade laboral, especificamente o rendimento mensal médio.

Durante essa adaptação, tornou-se evidente uma lacuna significativa em relação aos dados de caráter social “atualizados” e de escala reduzida, incluindo informações de âmbito estadual com periodicidade mensal, em contraste com os dados nacionais de natureza anual. Vale ressaltar que a ausência do censo de 2020 também representou um obstáculo relevante na obtenção de dados com um mínimo de “qualidade”.

Essas dificuldades evidenciam a necessidade de melhorias significativas no que diz respeito à coleta e análise de indicadores sociais no Brasil e mostra que o país ainda tem muito a melhorar nesse sentido, pois o único modo de se tornar um país que combate as suas deficiências de forma eficaz é conseguir identificar as mesmas com relativa rapidez, algo improvável sem ter dados de qualidade disponíveis para serem analisados.

Em conclusão, algumas sugestões para pesquisas futuras se destacam. Primeiramente, são fundamentais novas pesquisas que busquem a obtenção de dados sociais mais atualizados, bem como pesquisas que se proponham a analisar medidas destinadas a simplificar e agilizar os processos de formalização, reduzindo a burocracia associada a esses procedimentos. Estudos que busquem replicar esta pesquisa em diferentes contextos temporais, empregando metodologias diversas, analisando outros estados brasileiros ou incorporando variáveis alternativas respaldadas pela literatura e mais precisas na representação das características socioeconômicas da região de enfoque da amostra também são de grande relevância. Por fim, estudos adicionais que se dediquem à análise detalhada dos diferentes tipos de informalidade presentes no estado, buscando quantificá-los e classificá-los, possuem um considerável potencial de contribuição para a compreensão aprofundada desse fenômeno. Acredita-se que tais empreendimentos de pesquisa complementares têm o potencial de enriquecer ainda mais a compreensão das dinâmicas relacionadas ao trabalho informal e seus efeitos sobre os indicadores socioeconômicos nos distintos estados do Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. **Trabalho decente**. 2006. Artigo elaborado pela diretora do escritório da OIT no Brasil. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=802:catid=28&. Acesso em: 29 jun. 2023

BENITO, Santos Miguel Ruesga. **La larga marcha de la economía informal en Latinoamérica**. 2021. 31 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Econômicas, Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, 2021.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017.

BRASIL. BACEN. **Índice de Atividade Econômica Regional**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores>. Acesso em: 04 maio 2023.

BRASIL. IBGE. **Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/8517>. Acesso em: 04 maio 2023.

GIMENEZ, Denis Maracci; KREIN, José Dari; BIAVASCHI, Magda. **AS COOPERATIVAS DE MÃO-DE-OBRA E OS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO**. São Paulo: Biblioteca Digital Jurídica do Superior Tribunal de Justiça, 2002.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **ECONOMETRIA BÁSICA**. 5. ed. Nova Iorque: AMGH, 2011.

MIRANDA, Luiz. **Os postulados (neo)clássicos do emprego e a determinação dos salários em Keynes**. Porto Alegre: Revista de Economia Política, 1991.

OIT. Juventud e informalidad: formalizando la informalidad juvenil. Experiencias innovadoras en Uruguay. **Oficina Regional para América Latina y el Caribe**, 2015b. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---rolima/documents/publication/wcms_362136.pdf. Acesso em: 07 set. 2023.

OIT. Memoria del Director General: trabajo decente. **Conferencia Internacional del Trabajo**, 87ª reunião, Genebra, junho de 1999. Disponível em: <https://www.ilo.org/public/spanish/standards/relm/ilc/ilc87/rep-i.htm#1.%20La%20finalidad>. Acesso em: 22 set. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo/RS: Feevale, 2013.

ROUBAUD, François; RAZAFINDRAKOTO, Mireille; SABOIA, João; SIMÕES, André; HALLAK NETO, João; BOTELHO, Luanda. **Conceitos, definições e**

mensuração do trabalho informal no Brasil. 46 f. Texto para discussão - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SANTA CATARINA. UDESC ESAG. **Índice de custo de vida.** Disponível em: <https://www.udesc.br/esag/custodevida/serie>. Acesso em: 04 maio 2023.

SANTA CATARINA. ASCOM | SED. **Tire suas dúvidas sobre o programa Universidade Gratuita.** 2023. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/tire-suas-duvidas-sobre-o-programa-universidade-gratuita/>. Acesso em: 10 out. 2023

SEBRAE (Brasil). **Média salarial todos os setores.** Santa Catarina. Disponível em: https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/santa-catarina?indicatorOccupation=salaryAvgOption&indicatorOccupationEvolution=salaryAvgOption&indicatorOptionsTrends=indicatorsOption_3&redirect=true&statesTrends=. Acesso em: 07 out. 2023.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; CODES, Ana Luiza Machado de; CAMPOS, André Gambier; CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; MACED, Debora Maria Borges de; ARAUJO, Herton Ellery; PINTO, Larissa de Moraes; RANGEL, Leonardo Alves; FIGUEIREDO, Marina Morena Alves de; VIEIRA, Nanah Sanches. **JUVENTUDE E TRABALHO INFORMAL NO BRASIL.** Brasília: Oit, 2015.

SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da; MARTINI, Tatiane Aparecida; POSSAMAI, Tamiris. **A REFORMA DO ENSINO MÉDIO EM SANTA CATARINA: um percurso atravessado pelos interesses do empresariado.** *Trabalho Necessário*, Balneário Camboriú, v. 19, n. 39, p. 58-81, maio 2021.

SILVA, Lianne Soares; SOUSA, Alyne Maria Barbosa de. **A UBERIZAÇÃO NO CONTEXTO DO TRABALHO PRECÁRIO:** uma análise a partir das experiências de motoristas de aplicativo no município de teresina - pi, no ano de 2020. Uma análise a partir das experiências de motoristas de aplicativo no município de Teresina– PI, no ano de 2020. 2020. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaold_1404_1404612eea9e38f65.pdf. Acesso em: 26 set. 2023.

VAHDAT, V. S.; BORSARI, P. R.; LEMOS, P. R.; RIBEIRO, F. F.; BENATTI, G. S. S.; CAVALCANTE FILHO, P.G.; FARIAS, B. G. **Retrato do Trabalho Informal no Brasil:** desafios e caminhos de solução. São Paulo: Fundação Arymax, B3 Social, Instituto Veredas. 2022.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **ECONOMIA:** micro e macro. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

APÊNDICE A

FIGURA 1 – SAÍDA COMPLETA DO MODELO 1

Modelo 1: MQO, usando as observações 2016:3-2022:4 (T = 26)				
Variável dependente: l_IAE				
	coeficiente	erro padrão	razão-t	p-valor
const	0,524140	0,615743	0,8512	0,4042
l_inf	0,755270	0,275034	2,746	0,0121 **
l_IAE_1	0,307752	0,169934	1,811	0,0845 *
l_IAE_2	0,311069	0,182884	1,701	0,1037
l_IAE_3	0,478704	0,173903	2,753	0,0119 **
Média var. dependente	4,984226	D.P. var. dependente	0,057175	
Soma resid. quadrados	0,020556	E.P. da regressão	0,031286	
R-quadrado	0,748475	R-quadrado ajustado	0,700565	
F(4, 21)	15,62264	P-valor(F)	4,50e-06	
Log da verossimilhança	55,96286	Critério de Akaike	-101,9257	
Critério de Schwarz	-95,63523	Critério Hannan-Quinn	-100,1143	
rô	0,031308	h de Durbin	0,319800	

Fonte: Gretl.

FIGURA 2 – TESTES DE ESPECIFICIDADE MODELO 1 (1)

Teste de não-linearidade (quadrados) -
 Hipótese nula: a relação é linear
 Estatística de teste: LM = 11,9181
 com p-valor = $P(\text{Qui-quadrado}(4) > 11,9181) = 0,0179707$

Teste de White para a heteroscedasticidade -
 Hipótese nula: sem heteroscedasticidade
 Estatística de teste: LM = 24,42
 com p-valor = $P(\text{Qui-quadrado}(14) > 24,42) = 0,0407442$

Teste da normalidade dos resíduos -
 Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal
 Estatística de teste: Qui-quadrado(2) = 7,05171
 com p-valor = 0,0294266

Fonte: Gretl.

FIGURA 3 – TESTES DE ESPECIFICIDADE MODELO 1 (2)

Teste LM para autocorrelação até a ordem 4 -
 Hipótese nula: sem autocorrelação
 Estatística de teste: LMF = 1,53098
 com p-valor = $P(F(4, 17) > 1,53098) = 0,237858$

Teste RESET para especificação -
 Hipótese nula: a especificação é adequada
 Estatística de teste: $F(2, 19) = 2,82665$
 com p-valor = $P(F(2, 19) > 2,82665) = 0,0842064$

Teste de Chow para a falha estrutural na observação 2019:3 -
 Hipótese nula: sem falha estrutural
 Estatística de teste: $F(5, 16) = 0,690475$
 com p-valor = $P(F(5, 16) > 0,690475) = 0,637869$

Fonte: Gretl.

FIGURA 4 – TESTES DE ESPECIFICIDADE MODELO 1 (3)

Fatores de Inflacionamento da Variância (VIF)
 Valor mínimo possível = 1,0
 Valores > 10,0 podem indicar um problema de colinearidade

1_inf	1,332
1_IAE_1	2,417
1_IAE_2	2,840
1_IAE_3	2,330

Fonte: Gretl.

FIGURA 5 – SAÍDA COMPLETA DO MODELO 2

Modelo 2: MQO, usando as observações 2016:1-2022:4 (T = 28)				
Variável dependente: 1_emp				
	coeficiente	erro padrão	razão-t	p-valor
const	-0,107088	0,681260	-0,1572	0,8764
1_inf	0,284667	0,125539	2,268	0,0323 **
1_emp_1	1,05934	0,0870775	12,17	5,35e-012 ***
Média var. dependente	8,201394	D.P. var. dependente	0,040177	
Soma resid. quadrados	0,006211	E.P. da regressão	0,015762	
R-quadrado	0,857484	R-quadrado ajustado	0,846083	
F(2, 25)	75,20969	P-valor(F)	2,65e-11	
Log da verossimilhança	78,05989	Critério de Akaike	-150,1198	
Critério de Schwarz	-146,1232	Critério Hannan-Quinn	-148,8980	
rô	0,016256	h de Durbin	0,096923	

Fonte: Gretl.

FIGURA 6 – TESTES DE ESPECIFICIDADE MODELO 2 (1)

Teste de não-linearidade (quadrados) -
 Hipótese nula: a relação é linear
 Estatística de teste: LM = 2,24941
 com p-valor = $P(\text{Qui-quadrado}(2) > 2,24941) = 0,324749$

Teste RESET para especificação -
 Hipótese nula: a especificação é adequada
 Estatística de teste: $F(2, 23) = 0,301931$
 com p-valor = $P(F(2, 23) > 0,301931) = 0,742275$

Teste de White para a heteroscedasticidade -
 Hipótese nula: sem heteroscedasticidade
 Estatística de teste: LM = 10,1457
 com p-valor = $P(\text{Qui-quadrado}(5) > 10,1457) = 0,0712117$

Fonte: Gretl.

FIGURA 7 – TESTES DE ESPECIFICIDADE MODELO 2 (2)

Teste da normalidade dos resíduos -
 Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal
 Estatística de teste: $\text{Qui-quadrado}(2) = 1,25323$
 com p-valor = 0,534398

Teste de Chow para a falha estrutural na observação 2019:2 -
 Hipótese nula: sem falha estrutural
 Estatística de teste: $F(3, 22) = 1,78119$
 com p-valor = $P(F(3, 22) > 1,78119) = 0,180155$

Teste LM para autocorrelação até a ordem 4 -
 Hipótese nula: sem autocorrelação
 Estatística de teste: LMF = 0,826627
 com p-valor = $P(F(4, 21) > 0,826627) = 0,523032$

Fonte: Gretl.

FIGURA 8 – TESTES DE ESPECIFICIDADE MODELO 2 (3)

```
Fatores de Inflacionamento da Variância (VIF)
Valor mínimo possível = 1,0
Valores > 10,0 podem indicar um problema de colinearidade

      l_inf      1,105
      l_emp_1    1,105
```

Fonte: Gretl.

FIGURA 9 – SAÍDA COMPLETA DO MODELO 3

Modelo 3: MQO, usando as observações 2016:1-2022:4 (T = 28)
 Variável dependente: l_ICV

	coeficiente	erro padrão	razão-t	p-valor	
const	0,536562	0,228688	2,346	0,0276	**
l_inf	0,246137	0,0845537	2,911	0,0077	***
dummy_ajuste	0,0154583	0,00657403	2,351	0,0272	**
l_ICV_1	0,967623	0,0293789	32,94	1,72e-021	***
Média var. dependente	6,420593	D.P. var. dependente	0,103943		
Soma resid. quadrados	0,002084	E.P. da regressão	0,009319		
R-quadrado	0,992855	R-quadrado ajustado	0,991962		
F(3, 24)	1111,661	P-valor(F)	7,11e-26		
Log da verossimilhança	93,34720	Critério de Akaike	-178,6944		
Critério de Schwarz	-173,3656	Critério Hannan-Quinn	-177,0653		
rô	0,267366	h de Durbin	1,432179		

Fonte: Gretl.

FIGURA 10 – TESTES DE ESPECIFICIDADE MODELO 3 (1)

```

Teste de não-linearidade (quadrados) -
Hipótese nula: a relação é linear
Estatística de teste: LM = 2,20476
com p-valor = P(Qui-quadrado(2) > 2,20476) = 0,33208

Teste de Chow para a falha estrutural na observação 2019:2 -
Hipótese nula: sem falha estrutural
Estatística de teste: F(2, 22) = 4,36808
com p-valor = P(F(2, 22) > 4,36808) = 0,0252641

Teste RESET para especificação -
Hipótese nula: a especificação é adequada
Estatística de teste: F(2, 22) = 11,664
com p-valor = P(F(2, 22) > 11,664) = 0,000352056

```

Fonte: Gretl.

FIGURA 11 – TESTES DE ESPECIFICIDADE MODELO 3 (2)

```

Teste de White para a heteroscedasticidade -
Hipótese nula: sem heteroscedasticidade
Estatística de teste: LM = 8,56303
com p-valor = P(Qui-quadrado(8) > 8,56303) = 0,380486

Teste da normalidade dos resíduos -
Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal
Estatística de teste: Qui-quadrado(2) = 0,071347
com p-valor = 0,964955

Teste LM para autocorrelação até a ordem 4 -
Hipótese nula: sem autocorrelação
Estatística de teste: LMF = 1,12072
com p-valor = P(F(4, 20) > 1,12072) = 0,374644

```

Fonte: Gretl.

FIGURA 12 – TESTES DE ESPECIFICIDADE MODELO 3 (3)

```

Fatores de Inflacionamento da Variância (VIF)
Valor mínimo possível = 1,0
Valores > 10,0 podem indicar um problema de colinearidade

      l_inf      1,434
dummy_ajuste   3,466
      l_ICV_1    2,831

```

Fonte: Gretl.

FIGURA 13 – SAÍDA COMPLETA DO MODELO 4

```

Modelo 4: MQO, usando as observações 2016:3-2022:4 (T = 26)
Variável dependente: l_rendimento

      coeficiente   erro padrão   razão-t   p-valor
-----
const           3,68912      1,10851    3,328     0,0032 ***
l_inf          -0,262815    0,164736   -1,595    0,1256
dummy_ajuste    0,00808991   0,0105759  0,7649    0,4528
l_rendimento_1  0,712188     0,140252   5,078     4,99e-05 ***
l_rendimento_3 -0,216262    0,140916   -1,535    0,1398

Média var. dependente  8,013051   D.P. var. dependente  0,030797
Soma resid. quadrados  0,006080   E.P. da regressão     0,017016
R-quadrado             0,743567   R-quadrado ajustado    0,694722
F(4, 21)              15,22315   P-valor(F)             5,48e-06
Log da verossimilhança 71,79795   Critério de Akaike     -133,5959
Critério de Schwarz    -127,3054   Critério Hannan-Quinn  -131,7845
rô                    -0,152788   h de Durbin            -1,114586

```

Fonte: Gretl.

FIGURA 14 – TESTES DE ESPECIFICIDADE MODELO 4 (1)

Teste de não-linearidade (quadrados) -
 Hipótese nula: a relação é linear
 Estatística de teste: LM = 7,10138
 com p-valor = $P(\text{Qui-quadrado}(3) > 7,10138) = 0,0687357$

Teste RESET para especificação -
 Hipótese nula: a especificação é adequada
 Estatística de teste: $F(2, 19) = 0,232331$
 com p-valor = $P(F(2, 19) > 0,232331) = 0,794903$

Teste de White para a heteroscedasticidade -
 Hipótese nula: sem heteroscedasticidade
 Estatística de teste: LM = 20,6909
 com p-valor = $P(\text{Qui-quadrado}(13) > 20,6909) = 0,0792717$

Fonte: Gretl.

FIGURA 15 – TESTES DE ESPECIFICIDADE MODELO 4 (2)

Teste da normalidade dos resíduos -
 Hipótese nula: o erro tem distribuição Normal
 Estatística de teste: Qui-quadrado(2) = 1,77423
 com p-valor = 0,411843

Teste LM para autocorrelação até a ordem 4 -
 Hipótese nula: sem autocorrelação
 Estatística de teste: LMF = 1,20844
 com p-valor = $P(F(4, 17) > 1,20844) = 0,343471$

Teste de Chow para a falha estrutural na observação 2019:3 -
 Hipótese nula: sem falha estrutural
 Estatística de teste: $F(4, 17) = 1,02629$
 com p-valor = $P(F(4, 17) > 1,02629) = 0,421992$

Fonte: Gretl.

FIGURA 16 – TESTES DE ESPECIFICIDADE MODELO 4 (3)

Fatores de Inflacionamento da Variância (VIF)
 Valor mínimo possível = 1,0
 Valores > 10,0 podem indicar um problema de colinearidade

l_inf	1,616
dummy_ajuste	2,452
l_rendimento_1	2,137
l_rendimento_3	2,567

Fonte: Gretl.

APÊNDICE B

TABELA 1 – DADOS AJUSTADOS E TAXA DE INFORMALIDADE

TRIMESTRE	inf	IAE	ICV
4º trimestre 2015	0,262	137,01	512,960
1º trimestre 2016	0,270	132,52	529,033
2º trimestre 2016	0,270	134,45	539,770
3º trimestre 2016	0,269	132	548,440
4º trimestre 2016	0,269	132,7	551,203
1º trimestre 2017	0,272	135,9	556,317
2º trimestre 2017	0,270	139,41	559,22
3º trimestre 2017	0,275	135,97	556,68
4º trimestre 2017	0,280	141	561,953
1º trimestre 2018	0,276	141,1	569,05
2º trimestre 2018	0,268	140,78	576,48
3º trimestre 2018	0,271	142,41	583,827
4º trimestre 2018	0,274	147,34	588,48
1º trimestre 2019	0,268	145,2	593,02
2º trimestre 2019	0,270	150,11	601,627
3º trimestre 2019	0,261	146,69	604,193
4º trimestre 2019	0,268	149,85	608,967
1º trimestre 2020	0,258	147,49	618,8
2º trimestre 2020	0,250	131,72	618,393
3º trimestre 2020	0,262	153,16	625,62
4º trimestre 2020	0,271	154,43	648,3
1º trimestre 2021	0,264	150,06	653,567
2º trimestre 2021	0,258	152,7	668,537
3º trimestre 2021	0,266	153,16	683,483
4º trimestre 2021	0,273	153,78	706,057
1º trimestre 2022	0,277	153,42	723,96
2º trimestre 2022	0,272	159,03	741,163
3º trimestre 2022	0,259	156,96	737,547
4º trimestre 2022	0,259	157,57	739,98

FONTE: EXCEL.

ANEXO

TABELA 1 – ICV ORIGINAL (ÍNDICE COM BASE 100)

DATA:	ICV:
out/15	508,96
nov/15	512,83
dez/15	517,09
jan/16	523,34
fev/16	529,1
mar/16	534,66
abr/16	536,37
mai/16	540,66
jun/16	542,28
jul/16	547
ago/16	548,69
set/16	549,63
out/16	549,13
nov/16	550,67
dez/16	553,81
jan/17	556,69
fev/17	557,08
mar/17	555,18
abr/17	558,35
mai/17	560,92
jun/17	558,39
jul/17	557,83
ago/17	557,05
set/17	555,16
out/17	557,77
nov/17	564,07
dez/17	564,02
jan/18	566,72
fev/18	569,22
mar/18	571,21
abr/18	570,24
mai/18	575,6
jun/18	583,6
jul/18	581,56
ago/18	585,05
set/18	584,87
out/18	587,56
nov/18	588,32
dez/18	589,56
jan/19	592,27
fev/19	592,09

mar/19	594,7
abr/19	600,41
mai/19	602,93
jun/19	601,6
jul/19	602,87
ago/19	603,83
set/19	605,64
out/19	605,88
nov/19	608,19
dez/19	612,63
jan/20	616,92
fev/20	618,46
mar/20	618,02
abr/20	617,72
mai/20	618,58
jun/20	619,88
jul/20	622,05
ago/20	626,34
set/20	628,47
out/20	633,31
nov/20	637,55
dez/20	643,35
jan/21	647,86
fev/21	653,49
mar/21	659,38
abr/21	661,55
mai/21	669,95
jun/21	674,11
jul/21	677,55
ago/21	683,51
set/21	689,39
out/21	700,62
nov/21	706,44
dez/21	711,17
jan/22	716,79
fev/22	723,17
mar/22	731,92
abr/22	739,02
mai/22	741,68
jun/22	742,79
jul/22	741,16
ago/22	736,71
set/22	735,31
out/22	736,05
nov/22	739,95
dez/22	743,94

FORNE: ESAG (UDESC, 2023).

TABELA 2 – IAE ORIGINAL (ÍNDICE COM BASE 100)

DATA:	IAE:
out/15	137,75
nov/15	137,01
dez/15	134,32
jan/16	131,86
fev/16	132,52
mar/16	143,07
abr/16	141,15
mai/16	133,45
jun/16	134,45
jul/16	132,14
ago/16	134,75
set/16	132,34
out/16	132,7
nov/16	134,91
dez/16	132,67
jan/17	135,9
fev/17	135,31
mar/17	150,09
abr/17	143,49
mai/17	139,41
jun/17	135,85
jul/17	135,97
ago/17	138,59
set/17	134,71
out/17	138,71
nov/17	142,06
dez/17	141
jan/18	141,1
fev/18	138,35
mar/18	150,37
abr/18	149,98
mai/18	135,96
jun/18	140,78
jul/18	142,41
ago/18	145,42
set/18	138,04
out/18	147,34
nov/18	147,64
dez/18	142,04
jan/19	145,2

fev/19	143,21
mar/19	153,96
abr/19	154,7
mai/19	150,11
jun/19	141,47
jul/19	146,69
ago/19	146,98
set/19	143,94
out/19	151,72
nov/19	149,85
dez/19	146,11
jan/20	148,8
fev/20	147,49
mar/20	144,64
abr/20	131,72
mai/20	129,66
jun/20	132,69
jul/20	140,46
ago/20	142,93
set/20	147,42
out/20	155,25
nov/20	154,43
dez/20	153,09
jan/21	150,06
fev/21	149,44
mar/21	163,6
abr/21	159,67
mai/21	152,7
jun/21	150,49
jul/21	153,95
ago/21	153,16
set/21	150,51
out/21	151,06
nov/21	158,8
dez/21	153,78
jan/22	152,61
fev/22	153,42
mar/22	168,91
abr/22	164,89
mai/22	159,03
jun/22	154,65
jul/22	156,96
ago/22	158,58
set/22	154,02
out/22	155,12
nov/22	158,17

dez/22	157,57
jan/23	155,42
fev/23	156,32

FONTE: ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA REGIONAL (BACEN, 2023).

TABELA 3 – NÚMERO DE PESSOAS EMPREGADAS NO SETOR INFORMAL NA SEMANA DE REFERÊNCIA (MIL PESSOAS)

TRIMESTRE	INFORMALIDADE
4º trimestre 2015	926
1º trimestre 2016	940
2º trimestre 2016	925
3º trimestre 2016	928
4º trimestre 2016	936
1º trimestre 2017	956
2º trimestre 2017	950
3º trimestre 2017	985
4º trimestre 2017	1019
1º trimestre 2018	999
2º trimestre 2018	964
3º trimestre 2018	988
4º trimestre 2018	1010
1º trimestre 2019	973
2º trimestre 2019	992
3º trimestre 2019	966
4º trimestre 2019	1009
1º trimestre 2020	949
2º trimestre 2020	885
3º trimestre 2020	926
4º trimestre 2020	973
1º trimestre 2021	939
2º trimestre 2021	948
3º trimestre 2021	987
4º trimestre 2021	1042
1º trimestre 2022	1053
2º trimestre 2022	1071
3º trimestre 2022	1020
4º trimestre 2022	1032

FONTE: PNAD contínua (IBGE, 2023).

TABELA 4 – NÚMERO TOTAL DE PESSOAS EMPREGADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA (MIL PESSOAS)

TRIMESTRE	emp
-----------	-----

4º trimestre 2015	3536
1º trimestre 2016	3476
2º trimestre 2016	3425
3º trimestre 2016	3453
4º trimestre 2016	3475
1º trimestre 2017	3510
2º trimestre 2017	3520
3º trimestre 2017	3585
4º trimestre 2017	3640
1º trimestre 2018	3617
2º trimestre 2018	3600
3º trimestre 2018	3645
4º trimestre 2018	3689
1º trimestre 2019	3635
2º trimestre 2019	3677
3º trimestre 2019	3695
4º trimestre 2019	3767
1º trimestre 2020	3674
2º trimestre 2020	3538
3º trimestre 2020	3531
4º trimestre 2020	3585
1º trimestre 2021	3552
2º trimestre 2021	3669
3º trimestre 2021	3717
4º trimestre 2021	3815
1º trimestre 2022	3808
2º trimestre 2022	3944
3º trimestre 2022	3944
4º trimestre 2022	3983

FONTE: PNAD contínua (IBGE, 2023).

TABELA 5 – RENDIMENTO MENSAL MÉDIO (MIL REAIS)

TRIMESTRE	rendimento
4º trimestre 2015	2845
1º trimestre 2016	2797
2º trimestre 2016	2749
3º trimestre 2016	2852
4º trimestre 2016	2873
1º trimestre 2017	2958
2º trimestre 2017	2959
3º trimestre 2017	2991
4º trimestre 2017	2997
1º trimestre 2018	2994
2º trimestre 2018	2963

3º trimestre 2018	2975
4º trimestre 2018	3012
1º trimestre 2019	3019
2º trimestre 2019	2986
3º trimestre 2019	3034
4º trimestre 2019	3046
1º trimestre 2020	3040
2º trimestre 2020	3170
3º trimestre 2020	3176
4º trimestre 2020	3179
1º trimestre 2021	3205
2º trimestre 2021	3113
3º trimestre 2021	2997
4º trimestre 2021	2897
1º trimestre 2022	2974
2º trimestre 2022	2947
3º trimestre 2022	3109
4º trimestre 2022	3093

FONTE: PNAD contínua (IBGE, 2023).